

FERNANDA CORDEIRO SCHLOSSMACHER

**O COMPORTAMENTO ANTI-SOCIAL DO ADOLESCENTE BRASILEIRO COMO
UM FENÔMENO NORMAL DA SUA REALIDADE**

CURITIBA

2005

FERNANDA CORDEIRO SCHLOSSMACHER

**O COMPORTAMENTO ANTI-SOCIAL DO ADOLESCENTE BRASILEIRO COMO
UM FENÔMENO NORMAL DA SUA REALIDADE**

**Monografia apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de bacharel em
Direito, Faculdade de Direito, Setor de
Ciências Jurídicas, Universidade Federal do
Paraná.**

Orientador: Prof. Juarez Cirino dos Santos

CURITIBA

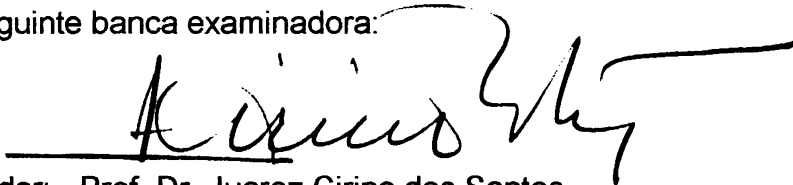
2005

TERMO DE APROVAÇÃO

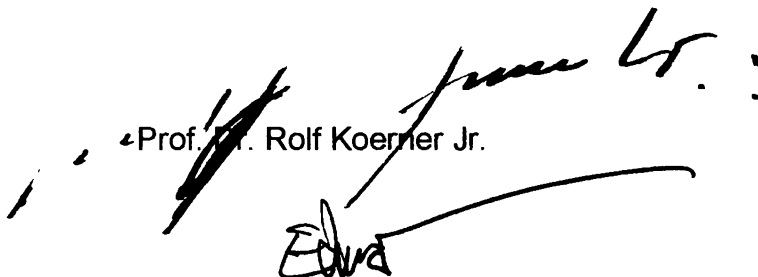
FERNANDA CORDEIRO SCHLOSSMACHER

O COMPORTAMENTO ANTI-SOCIAL DO ADOLESCENTE BRASILEIRO COMO UM FENÔMENO NORMAL DA SUA REALIDADE

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel no
Curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná,
pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Prof. Dr. Juarez Cirino dos Santos



Prof. Dr. Rolf Koerner Jr.



Prof. Dr. Edward Fabiano Rocha de Carvalho

Curitiba, 27 de outubro de 2005

*Nós também queremos viver
Nós também amamos a vida*

*Para vocês, escola
Para nós, cheirar cola*

*Para vocês, academia
Para nós, delegacia*

*Para vocês, coca-cola
Para nós, pedir esmola*

*Para vocês, muita emoção
Para nós, catar papelão*

*Para vocês, piscina
Para nós, chacina*

*Para vocês, vida bela
Para nós, viver na favela*

*Para vocês, forró
Para nós, mocó*

*Para vocês, televisão
Para nós, valetão*

*Para vocês, avião
Para nós, camburão*

*Para vocês, conhecer a lua
Para nós, morar na rua*

*Para vocês, está bom, felicidade
Mas, para nós, igualdade*

*Nós também queremos viver
Nós também amamos a vida.*

(Poema de autoria de um grupo de meninos e meninas de rua de uma comunidade pobre de Curitiba, chamada Profeta Elias)

SUMÁRIO

RESUMO	v
1 INTRODUÇÃO	1
2 UMA BREVE NOÇÃO SOBRE A JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE ..	3
2.1 TEORIA X REALIDADE: A INSUFICIÊNCIA DAS LEIS	3
2.1.1 O Advento da Doutrina Jurídica da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente	3
2.1.2 O Princípio da Prioridade Absoluta	7
2.2 O CONTRASTE ENTRE A INTENÇÃO DO DISCURSO JURÍDICO E A POSSIBILIDADE DE SUA EFETIVAÇÃO.....	11
3 DE QUEM ESTAMOS FALANDO?	16
3.1 O PROBLEMA DO MENOR COMO DECORRÊNCIA DO PROBLEMA DO MAIOR	20
3.1.1 A Família no Contexto da Miséria	20
3.1.2 A Relação entre a Miséria e o Comportamento Anti-Social	23
3.2 OS PROJETOS DE VIDA DO ADOLESCENTE BRASILEIRO.....	30
3.3 OS CONSEQUENTES ATOS INFRACIONAIS.....	32
4 DA RESPOSTA ESTATAL.....	38
4.1 A RESPOSTA OFERECIDA	41
4.1.1 Internação	42
4.1.1.1 A “escola do crime”	49
4.1.1.2 Da estigmatização	52
4.2 A RESPOSTA PERTINENTE	56
5 CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
ANEXO	67

RESUMO

Análise do comportamento anti-social do adolescente brasileiro à luz de sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento e da realidade fática em que grande maioria deles vive. Apesar de o legislador pátrio assegurar-lhe proteção prioritária, por meio da adoção da Doutrina da Proteção Integral, a efetivação desta nova forma de ver, entender e atender o adolescente, principalmente aquele que apresenta comportamentos anti-sociais, deve vir acompanhada tanto por uma mudança de pensamento da sociedade, quanto por um agir positivo por parte do Estado. Levar-se-á em conta o fato de tais jovens, por estarem passando pela adolescência, enfrentam alterações físicas, psicológicas e hormonais. Agravando tais fatores, existe a total omissão do Estado em face da classe social a que pertencem, contribuindo para a perpetuação das mais adversas condições em que grande parcela deles vive. Sendo entendido dentro deste contexto, o adolescente brasileiro deve receber um tratamento adequado em decorrência de suas reais necessidades, evitando-se a banalização de medidas sócio-educativas segregatórias e, por consequência, oferecendo-lhes oportunidades e condições de prosperar. Para tanto sociedade e Estado devem agir em conjunto em prol da juventude nacional, aplicando-se as medidas que já estão à nossa disposição legalmente.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar o caráter normal do comportamento anti-social do adolescente brasileiro, a partir de uma visão multidisciplinar, incluindo os aspectos sociais e psicológicos. Faz-se uma crítica ao modo como os jovens são tratados e “castigados” hodiernamente, em absoluto descompasso com o estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

Deve-se levar em consideração os fenômenos hormonais e psicossomáticos típicos da adolescência, apresentando, o adolescente, características naturais à sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, sendo este, inclusive, um princípio interpretativo do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Somado a isto, há as condições adversas em que grande parte dos jovens brasileiros vive, o que, por certo, não determina, mas influencia no comportamento anti-social destes. Muitas vezes, observa-se um certo etiquetamento social, sendo alguns jovens condenados não pelo que fizeram, mas pelo que são.

O texto é composto de três partes assim distribuídas:

Na primeira parte, contextualizar-se-á a Justiça da Infância e da Juventude em âmbito nacional, explicando-se a nova forma de ver, entender e atender crianças e adolescentes, estabelecida pelo E.C.A. (Estatuto da Criança e do Adolescente), inclusive aqueles que se encontram em conflito com a Lei, além da Doutrina da Proteção Integral e o Princípio da Prioridade Absoluta. Confere-se importância fundamental ao art. 227¹, da Constituição Federal de 1.988, do qual pode-se dizer que decorre todo o entendimento explicitado. Demonstra-se ainda, que apenas as boas intenções do legislador não são suficientes para alterar a realidade.

Na segunda parte, pretende-se explicitar as peculiaridades da vida dos adolescentes brasileiros, tanto aquelas inerentes a todos eles, por constituírem-se, ainda, em pessoas em desenvolvimento, quanto àquelas decorrentes da condição de miserabilidade em que grande parte deles vive. Inicia-se por demonstrar a natureza normal do comportamento anti-social do adolescente, tendo em vista as

¹ “Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade e opressão.”

particularidades inerentes a esta fase da vida, somando-se a elas as condições adversas em que inúmeros jovens brasileiros vivem. Demonstra-se como o problema do menor pode ser visto como um reflexo do problema do maior, os quais vivem às margens da sociedade e sem condições dignas de sobrevivência, concluindo-se pela falta de perspectivas e projetos de vida de nossos jovens, vindo todo o exposto a influenciar na prática de atos infracionais.

Em seguida, no último capítulo, demonstra-se a insuficiência do sistema atual para cumprir o objetivo do E.C.A. no que tange o adolescente infrator, que vem a ser a efetiva re-socialização destes jovens que tiveram a desventura de praticar um ato infracional.

Primeiramente relaciona-se as medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e a necessidade do caráter pedagógico destas. Após, demonstra-se que, ao contrario dos preceitos estabelecidos pela Doutrina da Proteção Integral, a medida sócio-educativa de internação deixa de ser a exceção e passa a ser a regra, elencando-se seus efeitos negativos na vida dos jovens. Isso porque esta consiste, nos moldes em que hoje se apresenta, em uma verdadeira escola do crime, a qual, além de tudo, ocasiona a estigmatização do adolescente que a enfrentou, o que dificulta em muito sua aceitação e conseqüente reinserção na sociedade. Finaliza-se este capítulo concluindo que o problema do adolescente brasileiro não será resolvido com medidas que atuem em seus efeitos, mas sim, em suas causas, através de uma mudança profunda na sociedade brasileira.

Por fim, arremata-se o presente estudo com a noção de que o problema do menor é, na verdade, o problema do maior. Desta forma, aquele só será resolvido se este também for, a partir de reformas estruturais que proporcionem condições dignas de vida aos cidadãos brasileiros.

É reconhecida a necessidade, no Brasil, de estudos voltados para um conhecimento mais sério e aprofundado da realidade dos adolescentes autores de atos infracionais, tanto físico-psicologicamente quanto sócio-economicamente. Faz-se essencial a compreensão do adolescente brasileiro como um indivíduo que merece a chance de potencializar suas qualidades, não devendo ser punido por apresentar características naturais de sua faixa etária, totalmente esperadas e muitas vezes compreensíveis diante das condições adversas em que vive.

2 UMA BREVE NOÇÃO SOBRE A JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

2.1 TEORIA X REALIDADE: A INSUFICIÊNCIA DAS LEIS

Muito se tem falado sobre a insuficiência das leis no sentido de abrandar e punir o comportamento anti-social dos adolescentes brasileiros. Como veremos, tal pensamento apenas desvia o foco do problema, pois este é muito mais profundo, devendo tal insuficiência ser analisada sob outro prisma.

O atual ordenamento jurídico, desamparado, não se apresenta apto a conferir ao jovem condições mínimas de possuir uma vida digna. Isso porque a problemática do adolescente brasileiro precisa ser solucionada já em suas raízes, sendo o insurgimento dos jovens contra as leis sociais unicamente a “ponta do iceberg”. Somente com leis este objetivo não será alcançado, sendo apenas possível, quando muito, administrar o prejuízo.

Grande parcela da sociedade tem consciência de que há um problema com a questão do adolescente, porém, não sabe ao certo suas proporções e no que ela realmente consiste. Isso porque para a população, tal assunto resume-se as suas conseqüências, quais sejam, ao aumento da criminalidade, ao sentimento coletivo de insegurança e ao número crescente de favelas que se instala nas periferias das cidades. Pensando deste modo, são exatamente estas seqüelas que pretende eliminar, demandando do Estado ações simplistas que agem diretamente nelas, sem alterar suas causas.

Porém, para ser possível concluir que as leis são insuficientes para resolver o problema fático do adolescente brasileiro, deve-se, primeiramente, ter conhecimento delas e do discurso jurídico decorrente destas. Com este intuito foram elaborados os tópicos subseqüentes.

2.1.1 O Advento da Doutrina Jurídica da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente

Os estudiosos do direito da infância e da juventude consideram pelo menos três escolas diferentes a informar os sistemas jurídicos no trato da questão da

criança e do adolescente ao longo do tempo. Seriam elas: a Doutrina do Direito Penal do Menor, a Doutrina da Situação Irregular e a Doutrina da Proteção Integral.

A Doutrina do Direito Penal do Menor (Código de Menores – 1927) consiste em uma doutrina antiga e consagrada em poucos países, e, no que se refere à imputabilidade penal, não há quase nenhuma diferença no trato a adultos ou a adolescentes. Estes, por sua vez, só passam a interessar ao direito quando praticam ou sofrem alguma ação passível de ser alcançada pela norma penal, não havendo normas específicas de proteção à infância e à adolescência. Crianças e adolescentes são tratados como objetos de direito, frente às “patologias” que os assolam.

A Doutrina Jurídica da Situação Irregular (Código de Menores de 1979) apresentou certo avanço em relação à doutrina anterior. Pode “ser sucintamente definida como sendo aquela em que menores passam a ser objeto da norma quando se encontrarem em estado de patologia social, assim definida legalmente...”² Haveria na sociedade uma situação regular, padrão, a qual crianças e adolescentes deveriam ajustar-se. Caso isso não ocorresse, daí sim interessaria ao direito. Supera a doutrina anterior por não se interessar apenas à questão penal dos jovens, mas também por questões de maus-tratos, abandono, entre outras. Porém, todas estas hipóteses são tratadas igualmente como “situações irregulares”, não sendo oferecido tratamento especial a nenhuma delas.

Pode-se dizer que o Código de Menores não se dirigia à prevenção, só cuidava do conflito instalado. Além disso, não previa a recuperação da criança ou do adolescente, os quais não tinham acesso aos meios de defesa dos seus direitos, principalmente da liberdade, do respeito e da dignidade, muito menos a proteção por constituírem-se em seres humanos em peculiar condição de desenvolvimento.

A partir desta sucinta descrição, pode-se perceber que muitas vezes ainda é este o pensamento aplicado, mesmo após a adoção da Doutrina Jurídica da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente pelo ordenamento pátrio. Tal princípio da proteção integral é edificado sob três prismas: consideração de crianças e adolescentes como verdadeiros sujeitos de direitos fundamentais; crianças e adolescentes vistos como pessoas em peculiar condição de desenvolvimento; e o

² SARAIVA, J. D. C. **Direito penal juvenil**: adolescente e ato infracional: garantias processuais e medidas socioeducativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. p. 14.

dever de lhes conferir tratamento prioritário, o que funda o princípio da Prioridade Absoluta da Criança e do Adolescente, tema que será aprofundado no próximo item.

A internalização de tal Doutrina decorreu do advento da Constituição Federal de 1988, mais precisamente em seu art. 227, o qual veio a orientar a elaboração do texto do Estatuto da Criança e do Adolescente (E.C.A.), defendendo que todos os direitos referentes a estes cidadãos devem ser reconhecidos, tendo por norte a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança³.

Esta Escola encontra respaldo em textos e documentos internacionais, notadamente da ONU. A Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança contribuiu decisivamente para consolidar um corpo de legislação internacional denominado “Doutrina das Nações Unidas de Proteção Integral à Criança”⁴. Para os países signatários, dentre os quais encontra-se o Brasil, este corpo de legislação internacional possui força de lei interna.

O art. 227, da Constituição Federal de 1988 consagra a Doutrina da Proteção Integral (devendo-se essa inserção à mobilização social, a qual, tocada pela causa da criança no Brasil, teve acesso ao esboço da Convenção da ONU sobre os Direitos das Crianças), constatando-se a irregularidade do País, do Estado e da sociedade, e não das crianças e adolescentes, como pregava a doutrina anterior. Este mesmo artigo nomeou os sujeitos responsáveis pela garantia dos direitos fundamentais destes cidadãos, reconhecendo-os expressamente como efetivos sujeitos de direitos, e não mais como meros objetos de intervenção e de direitos.

Diz o texto constitucional, no referido art. 227:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à

³ Os dispositivos desta Convenção visam a garantir proteção absoluta à criança e ao adolescente, afirmando seu valor como efetivo sujeito de direitos e obrigações, a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento e absoluta prioridade no tratamento pela família, sociedade e pelo Estado. Acredita-se que o ponto de maior destaque seja a implementação do melhor interesse não apenas na aplicação jurisdicional, mas em relação aos aspectos mais gerais que envolvem a criança e o adolescente. Assim, são considerados sujeitos de direito em qualquer situação, diferentemente do que ocorria na legislação menorista, fundada sobre o prisma da “situação irregular”, em que os “menores” apenas seriam sujeitos de direito quando se encontrassem em estado de patologia social (hipóteses previstas no artigo 2º do Código de Menores de 1.979). Sendo assim, a Convenção é pautada no reconhecimento do valor intrínseco da criança como pessoa humana.

⁴ Sob esta denominação inclui-se a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade e as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil.

educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão.”

Assim, a Doutrina Proteção Integral defende que, além dos direitos inerentes à pessoa humana, garantidos a todos os indivíduos, sejam assegurados a todas as crianças e adolescentes, de forma indistinta, prioridades em razão de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, que por apresentarem uma fragilidade natural, correm maiores riscos. Neste sentido determina o art. 3º do E.C.A. que:

“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata essa Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades a fim de facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade”.

Tal espécie de discriminação é positiva, lícita, em relação aos demais segmentos da sociedade. Isso decorre do fato de que em muitas situações, é preciso tratar indivíduos possuidores de características especiais de forma desigual a fim de garantir a igualdade. Para tanto, é necessário haver uma atuação conjunta da família, da sociedade e do Estado objetivando alcançar os fins almejados pela Doutrina da Proteção Integral.

Ressalte-se que por ostentarem a condição de pessoas em desenvolvimento, os direitos referentes às crianças e aos adolescentes são especiais e específicos. Não deveria interessar apenas o aspecto penal do ato praticado por ou contra ela, mas o seu direito à vida, à saúde, à educação, à liberdade, entre outros. Desta forma, a Doutrina da Proteção Integral, além das difundidas medidas sócio-educativas, compreende também medidas de prevenção, aplicadas antes de ocorrerem as chamadas situações irregulares, e medidas de proteção, quando já se encontra ameaçado ou violado algum direito da criança ou do adolescente.

A partir do exposto percebe-se que passamos por um período de transição paradigmática no campo do direito da infância e da juventude, na qual, teoricamente, se passou a dar maior importância à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e a tratar os jovens como sujeitos de direito, e não mais como meros objetos de manipulação do mundo adulto. Como consequência, deveriam ter

sido superados os vícios do assistencialismo humilhante e da repressão dita corretiva.

2.1.2 O Princípio da Prioridade Absoluta

Um dos pilares da Doutrina da Proteção Integral é o dever de conferir à criança e ao adolescente tratamento prioritário, fundando, assim, o Princípio da Prioridade Absoluta da Criança e do Adolescente.

A doutrina mencionada veio a orientar todo o texto do E.C.A., estando reafirmada em seu art 4º, o qual, em seu parágrafo único e alíneas, explicita o Princípio da Prioridade Absoluta.

Neste são lançados os fundamentos do chamado Sistema Primário de Garantias, estabelecendo as diretrizes para uma Política Pública que priorize crianças e adolescentes, vista sua peculiar condição de pessoas em desenvolvimento, regulamentando os artigos 227 e 228⁵ da Carta Magna.

É a redação do art. 4º, da Lei 8.069/90:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único: A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Tem-se que está inserido nos serviços públicos ou de relevância pública citados na alínea “b”, do parágrafo único, do referido artigo do E.C.A., a jurisdição. Em decorrência disto, o procedimento sócio-educativo deveria tramitar de forma particularmente célere e, juntamente com todos os demais feitos relativos à área da infância e juventude, deveria ter preferência de instrução e julgamento sobre os demais processos em tramitação no mesmo Juízo ou Tribunal, como bem explicita o art. 198. III⁶, da Lei nº 8.069/90.

⁵ “Art. 228 São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.”

⁶ “Art. 198 (...) III- os recursos terão preferência de julgamento e dispensarão revisor; ...”

Isto se deve ao fato de que, caso o adolescente encontre-se em situação de risco, requer-se a necessária aplicação de medidas protetivas (nos termos do art. 112, VII do E.C.A.). Se a prestação jurisdicional não for preferencial e a tramitação da causa célere, a situação de risco em que a criança ou o adolescente encontra-se tende a se agravar.

Já na hipótese de cometimento de ato infracional, tem-se que o lapso temporal entre a prática de tal ato e a aplicação da devida medida sócio-educativa é inversamente proporcional ao caráter pedagógico desta, restando apenas o caráter retributivo, transformando-se numa verdadeira pena. Deste modo, o adolescente se vê privado de receber, com a presteza necessária, o tratamento sócio-educativo de que necessita. Neste sentido, apesar de infelizmente ainda não ser unânime, já se apresenta a jurisprudência:

“Correição parcial. Restauração. Extinção do procedimento original em face da perda do objeto sócio-educativo. Desaparecendo o caráter pedagógico de qualquer medida sócio-educativa a ser eventualmente aplicada, em face do longo tempo decorrido da prática do ato infracional, equivalente a mera contravenção penal, julga-se extinto o procedimento em face da perda do objeto sócio-educativo.” (Correição parcial nº 110.654-3, Palotina, Rel. Des. Carlos Hoffmann, ac. nº 13.484 - 2ª Câ. Crim., j. 27/09/2001.)

Já a interpretação das alíneas “c” e “d” do artigo em questão mostra que o legislador pretendeu garantir um lugar de destaque para a área da infância e juventude no orçamento público, assim como na formulação das políticas sociais públicas. Isso é ressaltado no fato de que o administrador público omissor em cumprir com seus deveres para com crianças e adolescentes pode ser responsabilizado civil, administrativa e mesmo criminalmente, de acordo com os arts. 98, 208 e par. único, 212 e §2º, 213 e parágrafos, 216, 220 e 221, todos da Lei nº 8.069/90.

Em vista disto, está o Poder Executivo obrigado a assegurar recursos orçamentários, em caráter privilegiado, para viabilizar a implantação e a manutenção de políticas de atendimento a crianças, adolescentes e famílias definidas pelo Conselho de Direitos, que por sua vez terão preferência na execução deste mesmo orçamento. Assim, apesar de não unânime, já tem se mostrado a jurisprudência:

ACÇÃO CIVIL PÚBLICA – ECA – DETERMINAÇÃO AO PODER EXECUTIVO DE DESTINAR VERBA ORÇAMENTÁRIA – SERVIÇO PARA TRATAMENTO DE ADOLESCENTES INFRATORES – ADMISSIBILIDADE – Cabe ao poder judiciário o

controle da legalidade e constitucionalidade dos atos administrativos, não se admitindo que possa invadir o espaço reservado a discricionariedade da administração, decidindo acerca da conveniência e oportunidade da destinação de verbas, ressalvados os casos em que o legislador, através de disposição legal, já exerceu o poder discricionário, tomando a decisão política de estabelecer prioridades na destinação de verbas. **Em se tratando do atendimento ao menor, submeteu o legislador a decisão acerca da convivência e oportunidade a regra da prioridade absoluta** [grifo meu] insculpida no artigo 4, do eca e no artigo 277 da Constituição Federal. Embargos infringentes não acolhidos. (TJRS. 4º G.C.Cív. – EI 598164929 – RS. Rel. Des. Alzir Felipe Schmitz – J. em 11.12.1998).

Em assim sendo, o agente Ministerial e a autoridade judiciária não podem se conformar com uma possível falta de estrutura para atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias no município. Deve-se tomar medidas, tanto no plano administrativo⁷ quanto judicial⁸, visando a alteração do quadro apresentado, a fim de buscar a criação, ampliação, adequação e/ou manutenção de programas de prevenção, proteção e sócio-educativos, que, em última análise, irão beneficiar toda coletividade.

O adolescente deve deixar de importar ao Direito apenas quando apresenta um “comportamento desviante”, ou quando não se encaixa nos padrões estabelecidos pela sociedade como “normais”. A infância e juventude, a partir da adoção da Doutrina da Proteção Integral, deveriam ter passado a interessar como um todo, principalmente pelo fato de tal categoria apresentar a tão difundida até agora no presente trabalho, situação peculiar de pessoa em desenvolvimento. Neste sentido explana SARAIVA que: “Pela nova ordem estabelecida não mais se concebe manchetes de jornal do tipo ‘menor assalta criança’, de manifesto conteúdo discriminatório, onde a ‘criança’ era o filho ‘bem nascido’, e o ‘menor’, o infrator.”⁹

A ideologia que norteia o E.C.A. se assenta no princípio de que todas as crianças e adolescentes, sem distinção, desfrutam dos mesmos direitos e se sujeitam a obrigações compatíveis com a peculiar condição de desenvolvimento que desfrutam. Deveria ter-se rompido, definitivamente, com a idéia até então vigente de que os Juizados de Menores seriam uma justiça para os pobres, posto que, analisada a doutrina da situação irregular, se constatava que para os bem-nascidos, a legislação baseada naquele primado lhes era absolutamente indiferente.

Porém, o que ocorre não é isto, sendo reservado aos jovens carentes um tratamento diverso do oferecido aos jovens pertencentes às classes mais abastadas,

⁷ Art. 201, incisos V e VI c/c § 5º, da Lei nº 8.069/90.

⁸ Art. 201, incisos V e IX, da Lei nº 8.069/90.

⁹ SARAIVA, op. cit., p. 16.

como pode ser observado, inclusive, no poema exposto ao início desta monografia. Neste, jovens carentes demonstram, sem caráter científico, porém, com extrema naturalidade, as desigualdades que lhes são presentes no dia a dia.

Deveria ser-lhes assegurado um tratamento igualitário, independentemente da classe social em que estejam inseridos, pois todos eles continuam sendo crianças ou adolescentes, sendo eles pobres ou ricos. Ressalte-se que o tratamento destinado aos adolescentes não pode resumir-se a medidas sócio-educativas, ainda mais nos moldes em que hoje se apresentam.

O fato de serem considerados pela Doutrina da Proteção Integral como verdadeiros sujeitos de direitos deveria refletir tanto nas garantias processuais do ato infracional eventualmente praticado, quanto no seu direito à vida, à saúde, à educação, à convivência familiar e comunitária, ao lazer, e à profissionalização.

Nestes termos, manifesta-se SOTTO MAIOR NETO:

... comete equívoco quem imagina que a proposta da nova legislação, no referente ao enfrentamento da delinquência infanto-juvenil, resume-se nas medidas sócio-educativas. Ao tempo em que absorveu os princípios da *doutrina da proteção integral*, o legislador do Estatuto fez por reconhecer, automática e acertadamente, que a maneira mais eficaz (e justa) de se prevenir a criminalidade em questão consiste no superar a situação de marginalidade experimentada hoje pela maioria das crianças e adolescentes brasileiros.¹⁰

Tal constatação é de extrema importância e fundamental para a diminuição da tão difundida “delinquência juvenil”, pois a situação de marginalidade vivida pela maioria dos jovens brasileiros é a maior responsável pelo aumento de tal delinquência. Se esta situação não for contornada, nenhuma medida sócio-educativa surtirá os efeitos almejados.

Como foi visto, o texto constitucional introduziu uma nova realidade jurídica acerca do tratamento oferecido às crianças e aos adolescentes, realidade esta democrática e emancipatória, fortalecendo a sistemática de proteção dos direitos fundamentais, edificada no princípio da primazia dos direitos humanos, a partir da interação e conjugação do direito internacional e do direito interno.

Tem-se que, a concretização das condições de uma existência digna para a infância e juventude, estabelece a promoção da dignidade humana dessa categoria de cidadão, como bem explana DIGIÁCOMO: “A Constituição, ao determinar

¹⁰ SOTTO MAIOR NETO, O. de S. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. São Paulo: Malheiros, 1992. p. 339.

prioridade absoluta na concretização das condições de uma existência digna para a infância e juventude, estabelece que a promoção da dignidade humana dessa categoria de cidadão tem natureza fundamental, posto que visceralmente ligada ao princípio da dignidade humana.”¹¹

Por fim, devemos ter em mente que, apesar deste discurso ser extremamente necessário, não é suficiente, pois, somente com palavras, a realidade não será alterada. Para além da mudança da realidade jurídica é necessária a alteração da realidade fática. Não há leis nem operadores jurídicos capazes de sozinhos mudarem o mundo.

Deve haver a consciência de que o problema é muito maior, possuindo natureza estrutural e constituindo-se num verdadeiro problema de política. Sendo assim, apenas cumprindo-se medidas repressivas e/ou filantrópicas, estar-se-á mascarando a situação, acabando por unicamente administrar o prejuízo.

2.2 O CONTRASTE ENTRE A INTENÇÃO DO DISCURSO JURÍDICO E A POSSIBILIDADE DE SUA EFETIVAÇÃO

Antes de qualquer explanação, é necessário ter em mente sobre quem estamos tratando, ou seja, crianças e adolescentes, dos quais grande parte está a experimentar uma situação de descaso, desassistência e omissão por parte do Estado Brasileiro.

Com a inserção da Doutrina da Proteção Integral da Criança e do Adolescente em âmbito nacional, este quadro deveria ter se amenizado. Porém, mesmo 15 anos após a entrada em vigor do E.C.A., ainda são observadas práticas “menoristas”¹².

O contraste entre a lei e sua efetiva realização não vem a desmerecê-la, sendo a Lei nº 8.069/90 um verdadeiro marco na disciplina legal da infância e da juventude. Porém, esta política legal defendida pelo E.C.A. necessita de mecanismos para sua realização. Aqui reside o problema. Conforme CIRINO DOS SANTOS: “... a crítica à aplicação da lei exprime frustração pela insuficiente

¹¹ DIGIÁCOMO, M. J. **Breves considerações sobre a proposta de lei de diretrizes sócio-educativas.** Disponível em: <http://folio.mp.pr.gov.br/cgi-bin/om_isapi.dll?clientID=202754&hitsperheading=on&infobase=ca_doutrina.nfo&record-{18FA}&softpage=Doc_Frame_Pg42> Acesso em: 19 jun. 2005.

¹² Práticas arbitrárias típicas da época do famigerado Código de Menores.

realização de seus princípios, em parte por defeito de compreensão de alguns operadores jurídicos, em parte por omissão do poder público em prover condições materiais e recursos humanos para realizar a lei.”¹³

Neste sentido, o tratamento oferecido à juventude continua sendo, via de regra, repressivo e, na melhor das hipóteses, assistencialista. É certo que o E.C.A. elenca uma série de medidas preventivas e protetivas, mas apenas elas não têm o condão de alterar a realidade, já que a solução definitiva para este problema depende de uma mudança estrutural da política social brasileira.

Devem-se diminuir as desigualdades sociais, por meio de uma distribuição de renda mais justa; resolução do problema da moradia, ou melhor, da falta dela; melhoria das condições de emprego e aumento da oferta de trabalho; salários dignos, condizentes com o custo de vida; planos de saúde adequados e eficazes; resolução do problema da educação, por meio de um sistema educacional aparelhado para o atendimento a crianças carentes; enfim, por meio de um fortalecimento substancial das políticas sociais básicas.

Porém, infelizmente, inúmeras vezes, a Justiça da Infância e da Juventude continua atuando da mesma maneira que atuava quando da vigência do Código de Menores de 1.979, porém pretensamente legitimada por um discurso garantista. Ou seja, prega-se um pensamento e pratica-se outro em total divergência àquele, porém legitimado por ele, configurando-se o chamado “paradigma da ambigüidade”, termo utilizado por DIGIÁCOMO.¹⁴

Para demonstrar o contraste entre lei e realização do direito, ou entre discurso jurídico e prática legal, não é necessário ir muito longe, basta observarmos a situação em que se encontram os adolescentes internados no educandário São Francisco, localizado em Piraquara, região metropolitana de Curitiba. Este foi palco de uma recente rebelião, ocorrida dia 24/09/2004, devido à superlotação e ao tratamento indevido destinado aos adolescentes.¹⁵

Em contrapartida, com o advento do novo paradigma, houve uma revolução conceitual e normativa no que tange ao tratamento dos interesses afetos às crianças

¹³ CIRINO DOS SANTOS, J. **O adolescente infrator e os direitos humanos**. Disponível em: <<http://www.cirino.com.br/principal.htm>> Acesso em: 03 mar. 2005.

¹⁴ DIGIÁCOMO. **Breves considerações...**

¹⁵ Governo transfere jovens após rebelião que deixou sete mortos no PR. **Folha On line**, 24 set. 2.004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u99926.shtml>> Acesso em: 17 jul. 2005.

e aos adolescentes, deixando de haver o binômio proteção-repressão da infância desajustada aos padrões estabelecidos pela elite social, existente à época do antigo paradigma. Em maior conformidade com o Estado Democrático de Direito, deixa de existir o “menor desajustado” e passa a existir a infância e a juventude como um todo, livre de qualquer adjetivação, diga-se, neste caso, pejorativa.

Passou a ser o centro desta nova sistemática a Doutrina da Proteção Integral e o conseqüente princípio da Prioridade Absoluta da Criança e do Adolescente, no lugar de fórmulas autoritárias e simplistas baseadas na mera “punição” e “penalização”.

Realmente a lei é excelente, mas só existe no papel. As atuais proporções em que se encontra a situação do adolescente brasileiro não condizem com o exposto pela lei, a qual cria um universo paralelo, no qual defende-se a prioridade absoluta de adolescentes que sequer tem o que comer. Senão vejamos, o art. 227 da Constituição Federal, núcleo de todo o tratamento referente às crianças e adolescentes existentes no ordenamento jurídico brasileiro, prega que deve ser assegurado com prioridade absoluta, entre outros, o direito à:

- a) vida: segundo relatório do UNICEF, entre a parcela mais pobre da população, a taxa de mortalidade infantil entre as crianças com menos de cinco anos é de 81,6 por mil nascidas vivas.¹⁶ No que se refere aos adolescentes, no ano de 2.000, 61,7% dos jovens entre 12 e 17 anos que morreram, tiveram o óbito por causas externas, sendo o maior responsável os homicídios;¹⁷
- b) saúde: existem diversas formas de se identificar o nível de desenvolvimento de um país. Um importante indicador é a Taxa de Mortalidade de Menores de cinco anos (TMM5). Baixas TMM5 demonstram boa qualidade do sistema de saúde e acesso a esse sistema, diferente do que ocorre no Brasil, como foi demonstrado no item anterior;¹⁸

¹⁶ UNICEF. **Situação da infância e adolescência brasileiras**. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br>> Acesso em: 06 set. 2005.

¹⁷ **Mapa da violência III**. Disponível em: <<http://www.sociologiadajuventude.hpg.ig.com.br/mapadaviolenciaiii.htm>> Acesso em: 05 set. 2005.

¹⁸ UNICEF, op. cit.

- c) alimentação: há, no Brasil, cerca de 9,9 milhões de famílias que não possuem renda suficiente para garantir sua segurança alimentar;¹⁹
- d) educação: 12,4% das crianças brasileiras de 7 a 14 anos ainda não foram alfabetizadas.²⁰

É certo que a lei existe e seu conteúdo é primoroso. Porém outra constatação vem à tona. Por óbvio que é de suma importância a conscientização da sociedade e dos operadores jurídicos quanto à nova forma de ver, entender e atender o adolescente. Porém isto é insuficiente, é apenas um primeiro passo de uma longa e árdua caminhada.

Um exemplo é o tratamento destinado às famílias dos adolescentes que se encontram em situação de risco. Existem medidas protetivas no E.C.A. (arts. 101, I, IV e 129), no que tange a elas. Porém, a problemática da família não pode ser vista como uma variante independente, pois suas raízes são muito mais profundas. Oferecer ajuda e amparo a uma ou outra família em nada resultará, apenas irá camuflar o problema que existe nas entranhas do nosso sistema e que demandam uma reforma estrutural. Do contrário, estar-se-á mantendo o *status quo* da pobreza, deixando bem claro quem é o doador magnânimo e o recebedor humilde. Além disso, atuando emergencialmente, não se estaria agindo nas condições geradoras da marginalização.

Frente a todo este sistema falho, tais jovens não poderiam ser “castigados” por apresentarem comportamentos anti-sociais. Isto porque eles são, em última análise, vítimas, não podendo responder pelo fracasso de todo “sistema de garantias” que deveria existir e ao qual eles têm direito por serem destinatários da já aludida Proteção Integral pelo Poder Público. Desta forma, os jovens são expostos a uma situação de risco, devendo, antes de serem cobrados seus deveres, serem assegurados seus direitos, há tanto previstos na lei e na Constituição Federal.

Antes de pretender mudar o mundo, é preciso mudar algo dentro das pessoas, ou seja, acabar com os preconceitos e com os preceitos “menoristas”. Abrindo espaço, assim, para as idéias pregadas pela Doutrina da Proteção Integral da Criança e do Adolescente, e a partir daí, iniciar-se outra luta, aquela de adaptar a realidade aos nossos anseios.

¹⁹ **Como as empresas podem apoiar e participar do combate à fome.** Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/download/empresas.pdf>> Acesso em: 06 set. 2005.

²⁰ UNICEF, op. cit.

É necessária, sim, uma mudança de pensamento e de cultura. Porém, para se tornar efetiva a Doutrina da Proteção Integral preconizada pela Lei nº 8.069/90 e pela atual Constituição Federal, em seu art. 227, é premissa básica resolver-se o problema do maior, através de uma reforma estrutural. Possibilitando uma vida digna aos adultos, serão surtidos efeitos na vida dos jovens.

Só assim a Justiça da Infância e da Juventude deixará de ser um mero instrumento de repressão, passando a ser efetivo agente da proteção, integral e prioritária, para que, finalmente, a juventude possa ser tratada com a mais absoluta prioridade de que é credora.

3 DE QUEM ESTAMOS FALANDO?

Devemos ter consciência de quem estamos tratando: de adolescentes brasileiros. Ou seja, são pessoas em peculiar condição de desenvolvimento e que, em sua maioria, estão a experimentar o descaso por parte da sociedade e do Estado.²¹ Neste contexto, têm desrespeitados seus direitos mais fundamentais, incluindo educação, saúde, lazer, família e cultura, havendo, também, um número altíssimo de casos de evasão escolar, uso de drogas e, inclusive, de prostituição e criminalidade.

O adolescente, por si só, já apresenta uma fragilidade normal típica desta fase da vida, justamente por encontrar-se em desenvolvimento, não tendo ainda consolidada sua personalidade. Há, inclusive, um mandamento constitucional do respeito ao adolescente como pessoa em peculiar condição de desenvolvimento, reproduzido no art. 6º²² da Lei nº 8.069/90.

A condição *sui generis* do adolescente, ainda mais no nosso país, o qual apresenta um contexto de extrema miséria para grande número de jovens, demanda um tratamento diferenciado. Isso porque, justamente por constituir-se em uma pessoa em peculiar condição de desenvolvimento, o adolescente, por si só, já possui um comportamento típico desta fase da vida, impregnada de transformações, tanto físicas quanto psíquicas, sendo a rebeldia e o comportamento anti-social inerentes a eles. A produção intensa de hormônios, inclusive, contribui para serem tão destemidos.²³

Somado a isto, deve-se observar as condições em que número significativo destes seres vivem na realidade brasileira. Assim sendo, devemos analisar o desenvolvimento desses cidadãos partindo do contexto em que estão inseridos, ou seja, em estado de absoluta miséria, sem água, luz ou esgoto, em condições de higiene precárias, alimentação escassa, famílias extremamente numerosas (quando vivem em família), atendimento médico-hospitalar ineficiente (quando não

²¹ Segundo o relatório do UNICEF, *Situação Mundial da Infância*, 45% das crianças e dos adolescentes do Brasil vivem abaixo da linha da pobreza.

²² "Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento."

²³ LEÃO, S. C. *Infância, latência e adolescência*: temas de psicanálise. Rio de Janeiro: Imago, 1990. p 80.

inexistente), pais desconhecidos, membros da família alcoólatras ou mesmo envolvidos com drogas.

Pode-se dizer que as dificuldades desse cidadão já começam desde o seu nascimento, pois geralmente representa um atrapalho na vida da família, não recebendo o tratamento adequado e sendo, muitas vezes, inclusive agredido. Possuindo uma estrutura extremamente frágil, por ter muito pouca idade, há grande possibilidade de surgirem inúmeros traumas, decorrentes da vivência de uma experiência intensa sem que estivesse ainda em condições psíquicas de enfrentá-la.

Neste contexto, não têm estabelecidos limites nem educação e muito menos ensinado (e vivenciado) que deve haver o respeito ao próximo, pois não há sequer o respeito a ele mesmo. Frise-se aqui a importância da infância no desenvolvimento da personalidade de um indivíduo, ressaltando-se um dos princípios fundamentais da criminologia psicanalítica, qual seja: “É durante a infância que se modela a personalidade. É, noutros termos, durante a infância que se definem os equilíbrios ou desequilíbrios que, com caráter duradouro [sic.], hão de dar origem ao comportamento desviante ou às condutas socialmente aceitas.”²⁴

Em meio a todos estes empecilhos a um desenvolvimento sadio, tanto físico quanto psicológico, chega um momento na vida destas crianças em que se vislumbra uma saída, uma possibilidade de enquadrar-se e preencher os vazios existentes na sua educação, conforme BÜRKLE:

Tem-se uma saída, chega a idade escolar e é a grande oportunidade que esse cidadão tem de apreender ‘coisas boas’, ‘coisas certas’, de alguém influenciá-lo positivamente, porém, ele vai a escola faminto, sujo, não tem material, em casa ninguém lhe faz qualquer cobrança para estudar, assim, seus colegas não querem contato consigo, suas notas não satisfazem a necessidade do ensino, as brincadeiras e as ruas lhe parecem mais atraentes, os professores não têm mais paciência consigo, apenas xingam e zombam de si, incentivam que não fique na escola, afinal atrapalha os demais colegas e a escola é local para quem tem interesse de aprender, como se esse interesse não devesse ser despertado.²⁵

Sendo assim, não lhe resta outra opção a não ser viver na rua, “aprendendo com a vida”, onde pode se destacar através de outras atividades, geralmente ilícitas.

²⁴ DIAS, J. F.; ANDRADE, M. C. **Criminologia**: o homem delinquente e a sociedade criminógena. Coimbra: Coimbra Editora, 1984. p. 191.

²⁵ BÜRKLE, R. R. **Uma visão criminológica do adolescente infrator**. Disponível em: <http://folio.mp.pr.gov.br/cgi-bin/om_isapi.dll?clientID=144552&hitsperheading=on&infobase=ca_doutrina.nfo&record={19AA}&softpage=Doc_Frame_Pg42> Acesso em: 4 mar. 2005.

Nesta situação, muitas vezes acaba tornando-se usuário de drogas, as quais podem representar uma fuga da realidade, ou mesmo uma maneira de controlar a fome.

Sobre estes meninos, JUNQUEIRA manifesta-se no sentido de que: “São pessoas que tentam uma saída. Estão lutando com tudo que lhes resta, estão com força total para vencer uma barreira que lhes foi imposta ao nascerem. Não é possível ser contra eles, não é possível recriminá-los. Por estas crianças devemos fazer tudo. A sua sobrevivência é fantástica.”²⁶

Raramente há uma luz no fim do túnel, alguma chance de sair desta situação e de mudar de vida, mesmo porque não existe um atendimento adequado por parte do Governo a esses cidadãos em fase de desenvolvimento, principalmente quando estes pertencem às camadas mais pobres da sociedade, sendo geralmente vistos como “delinqüentes natos”. E o pior é que os próprios jovens passam a acreditar nisto.

Deve-se ter em mente que a rebeldia, o comportamento anti-social e as diversas mudanças de humor, são fenômenos totalmente comuns à adolescência, independente da índole, do caráter, da posição social ou da raça da pessoa. Não se trata aqui somente dos atos infracionais, mas qualquer forma de manifestação de rebeldia, inconformismo com as regras e valores socialmente impostos, além da reprodução do comportamento e usos do grupo, como a conduta social, as vestimentas e a fala.

Deste modo, o comportamento desviante não é uma conduta típica de uma espécie de adolescente “inferior” – os adolescentes infratores - mas sim, um comportamento normal dos jovens como um todo (aqui está a se falar principalmente de crimes de bagatela e atitudes rebeldes). Pode-se dizer, ainda, que além de normal, frente às condições adversas em que vive a maioria deles no Brasil, tal comportamento pode ser visto como necessário.

Porém, percebe-se uma grande injustiça. Quando se trata de adolescentes das faixas sociais mais privilegiadas, essa ocorrência da “crise”²⁷ da adolescência é facilmente aceita, havendo inclusive psicólogos especialistas nesta área e que estão constantemente com seus consultórios abarrotados. Considera-se que estes

²⁶ JUNQUEIRA, L. **Abandonados**. São Paulo: Ícone, 1986. p. 78.

²⁷ Crise no sentido de inúmeras transformações necessárias à transição entre a infância e a idade adulta. Deve se entender “crise” aqui, como um fato inerente ao crescimento, sendo, inclusive, de certa forma benéfica, pois irá fortalecer o indivíduo.

adolescentes rebeldes estão passando por uma fase crítica e absolutamente normal da vida, sendo vítimas de seus conflitos internos que se refletem em seu comportamento.

Já esta mesma conduta, quando apresentada pelos jovens de classes mais populares, devem ser “exemplarmente punidas”. Isso porque esses adolescentes de “má índole” apresentam uma ameaça à sociedade, são realmente bandidos e irrecuperáveis.

Este pensamento absolutamente equivocado deve ser imediatamente banido da nossa sociedade. Qualquer adolescente, seja de que classe social for, atravessa as mesmas transformações psicossomáticas e conseqüentemente tende a apresentar a mesma espécie de comportamentos e rebeldias, insurgindo-se contra as regras estabelecidas pela sociedade.

Porém, na realidade brasileira, poucos são os jovens que possuem este direito de ter uma adolescência normal, pois não vivem em condições que possam ser chamadas de normais. Estes não têm o privilégio de vivenciar o processo de elaboração das perdas infantis e assimilação das conquistas adultas, tão necessárias do ponto de vista psicológico para o desenvolvimento do adolescente e formação de sua identidade.

A estes é destinado um tratamento totalmente diverso do considerado adequado, sendo, inclusive, punidos por apresentarem “sintomas” normais da juventude. É certo que há a constatação de que o número de atos infracionais entre estes adolescentes que vivem em estado de miséria é significativamente maior do que a incidência deste comportamento entre os jovens das classes mais abastadas. Conforme CIRINO DOS SANTOS: “Milhões de adolescentes das favelas e bairros pobres dos centros urbanos são obrigados a sobreviver com meios ilegítimos pela simples razão de que não existem outros: vendem e usam drogas, furtam, assaltam e matam.”²⁸ Porém, o mais triste é que esta afirmação há de ser considerada normal dentro de uma sociedade que apresenta características anormais, em um contexto de fome e miséria.

Tais comportamentos desviantes são resultado não só da fase da vida em que se encontram, mas também do meio em que vivem e das experiências que

²⁸ CIRINO DOS SANTOS, *O adolescente infrator...*

acumulam ao longo da vida, experiências estas que, somadas à rebeldia típica da juventude, podem levar ao cometimento, inclusive, de atos infracionais.

Desta forma, percebe-se que antes de ser um problema de polícia, a questão do menor infrator é um problema de política, pois diretamente relacionado ao meio em que vivem os jovens (o qual acaba por interferir em seu comportamento), está o modo de vida dos adultos, principalmente de suas famílias. Acabamos chegando aqui novamente à constatação de que o problema do menor é, antes de tudo, o problema do maior, e não uma questão isolada. Sendo a família a base para o desenvolvimento sadio de uma criança e de um jovem, e sendo esta formada por adultos, é justamente os problemas destes que refletirão na criação dos filhos.

Só alterando o meio e as condições em que vivem nossos jovens, estes poderão crescer e se desenvolver de forma sadia para, no futuro, virem a se tornar verdadeiros cidadãos, conscientes e responsáveis por seus atos. Isso porque, passado esta fase de desenvolvimento constituída na adolescência, o que irá sobrar é a educação que o indivíduo recebeu durante sua vida e a aprendizagem através da experiência que teve.

3.1 O PROBLEMA DO MENOR COMO DECORRÊNCIA DO PROBLEMA DO MAIOR

3.1.1 A Família no Contexto da Miséria

Da família a criança retira suas bases, seus alicerces, seus padrões de comportamento e seus valores morais, sendo neste universo que irá desenvolver seu caráter, ter estabelecidos seus limites e criadas as expectativas a seu respeito. Na adolescência, fase da vida em que se busca uma identidade própria, também é de extrema relevância a presença de alguém que oriente o jovem, que tenha laços afetivos com o mesmo, que o eduque e o situe.²⁹

²⁹ “É na família que a criança e o adolescente se desenvolvem. Para FREUD, a família desempenha papel fundamental. O autor demonstrou que a mente não é algo previamente dado, mas sim, uma estrutura que tem sua construção mais significativa na infância, através de um longo processo de formação da personalidade e de estabelecimento de vínculos afetivos e emocionais, que ocorrem dentro da estrutura familiar.” (PRATES, 2001, p. 28)

Porém, esta influência pode ser tanto positiva quanto negativa, a família pode representar tanto um porto seguro quanto um martírio, e isso depende, fundamentalmente, da relação entre os pais, entre estes e seus filhos e entre todos estes e o meio em que vivem. Aqui está novamente a questão do problema do maior e da total interligação entre esta e a problemática do menor.

Pais que vivem às margens da sociedade criarão filhos também marginais, pais sem condições financeiras não terão condições de proporcionar moradia e alimentação adequada a seus filhos; pais ignorantes não saberão fazer um planejamento familiar, nem possuem conhecimentos adequados sobre métodos contraceptivos, surgindo o problema das mães que devem criar seus filhos sozinhas; pais que não tiveram educação conseqüentemente não saberão educar, e poderíamos continuar elencando fatores por páginas a fio.

As dificuldades do dia-a-dia da família brasileira criam obstáculos para o desenvolvimento de laços afetivos mais sólidos entre os familiares. Não se pretende afirmar que a miséria necessariamente gera vínculos familiares frágeis. O que causa preocupação é a constatação de que, em vista da miséria, os membros da família gastam praticamente toda sua energia na luta pela sobrevivência e pela busca de melhores condições de vida. Não resta, assim, muita atenção para a educação, cuidados com a saúde, lazer e maiores investimentos em relações afetivas, havendo pouquíssimo tempo para dialogar e orientar as crianças e adolescentes da família.

As pressões cotidianas acabam refletindo-se no ambiente familiar de forma nefasta. Isso faz com que muitas famílias se comportem de forma agressiva perante os fatos da vida, conseqüentemente ensinando, mesmo que algumas vezes involuntariamente, essa conduta aos seus filhos. Não agem desta forma por serem indivíduos “malignos” ou por aprovarem tal comportamento, mas muitas vezes, por este ser a única conduta possível, frente às adversidades de suas vidas. Sendo assim, o agir agressivo é necessário para sua sobrevivência e, inclusive, para a de sua prole, a qual também acaba por adotar tais atitudes.³⁰

³⁰ Não se está referindo aqui à violência contra a criança, apesar de o problema dos maus tratos contra os jovens estar presente na realidade brasileira. Mais alarmante ainda é o fato de que, na maioria dos casos, os pais agressivos também terem tido pais agressivos, que também tiveram pais agressivos. É um problema que se prolonga por gerações, sendo, em grande parte, fortemente influenciado pelas condições de vida experimentadas por estas pessoas, como o desemprego, a miséria, as frustrações, o alcoolismo, a dependência química e os traumas infantis por, entre outros fatores, também ter sido agredido.

Podendo os vínculos entre pais e filhos serem compreendidos como o paradigma de seus futuros laços com o mundo externo,³¹ percebe-se o estrago que representa no desenvolvimento de um indivíduo pais ausentes, relapsos ou mesmo violentos. A imensa influência causada pela relação com os pais no comportamento dos filhos pode ser claramente observada nas palavras de um criminoso de 20 anos, transcritas no livro de DOURADO, *Ensaio de Psicologia Criminal: O Teste da Árvore e a Criminalidade*: “Meu primeiro crime foi uma vingança contra meu pai; quando ele me visitou no cárcere teve consciência de todo o mal que fez por ter-me ignorado completamente a vida inteira. Ele sofreu e eu me vinguei!”³²

Porém, para além da influência do comportamento dos pais no dos filhos, está a influência do meio e das condições de vida nas atitudes daqueles.

Novamente será transcrito um trecho do mesmo livro de DOURADO:

Na dinâmica do crime, devemos considerar os chamados fatores primários e os secundários. Entre os primeiros encontram-se as relações iniciais filho-mãe e mais tarde filho-pai. Qualquer perturbação nessas primeiras relações propicia o caráter anti-social, embrião do futuro crime. É no período formativo dos filhos – do nascimento até 5 ou 6 anos de idade – que se torna definitiva a atuação dos genitores. A atitude pais-filhos depende não só das estruturas das personalidades dos pais, mas também das **pressões ambientais** [grifos meus] existentes em cada caso.

Os fatores secundários dizem respeito às más companhias, desocupação, promiscuidade, pauperismo, entre outros. Presentes tais condições, o jovem já marcado desde o berço pela deseducação...³³

É indiscutível a importância da família no desenvolvimento de crianças e adolescentes, tendo os pais o dever de assistir, criar e educar seus filhos menores, como bem assegura nossa Carta Magna, na primeira parte de seu art. 229³⁴. Porém, esses mesmos pais também tem o direito de possuir emprego, salário digno, moradia, alimentação e educação, enfim, de ter assegurado o que dispõe o art. 1º, III, da Constituição Federal, ou seja, a dignidade da pessoa humana.

Para remediar tal situação faz-se imprescindível uma atuação estatal no meio em que vivem inúmeras famílias brasileiras, principalmente no sentido de diminuir as diferenças sociais e, conseqüentemente, a marginalização.

³¹ LEÃO, op. cit., p.48.

³² DOURADO, L. A. *Ensaio de psicologia criminal: o teste da árvore e a criminalidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 24.

³³ Ibid., p. 23.

³⁴ “Art. 229 Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores,...”

Desta forma, deve-se preservar e promover a família, havendo no E.C.A., inclusive, a previsão de medidas pertinentes aos pais ou responsável, em seus arts. 101, I e IV e 129. Porém, para que as crianças possam crescer em um ambiente saudável, desenvolvendo-se e tornando-se adolescentes sadios estas não são suficientes.

Como já foi afirmado na presente monografia, o problema é estrutural e referente, antes de tudo, às condições em que tais indivíduos sobrevivem. Deve-se implementar políticas sociais básicas, com o fornecimento de empregos, saneamento básico, moradias, saúde e educação. Não se traduz em assistencialismo, mas em criar condições para que os adultos tenham oportunidades de formarem famílias em situações dignas de sobrevivência. Não se fala em maquiar o problema, mas em solucioná-lo em seu âmago. Não se fala em administrar o prejuízo, mas em eliminar suas causas. Depois disso, sim, as políticas relacionadas no E.C.A. poderão surtir os efeitos desejados.

Neste momento, então, a família poderá ser responsabilizada por propiciar o crescimento e o bem estar de todos os seus membros, em especial das crianças e adolescentes, sendo considerada uma das responsáveis (ao lado da sociedade e do Estado), senão a principal, pela concretização do princípio da prioridade absoluta da criança e do adolescente, como bem estabelece o art. 227 da Constituição Federal.

3.1.2 A Relação entre a Miséria e o Comportamento Anti-Social

Antes de tudo, ressalte-se que não se está a defender teorias deterministas, nas quais necessariamente um indivíduo menos favorecido socialmente será delinqüente. Porém, não há como fugir da assertiva de que a miséria em que vive grande parte da nossa população, somada a outras razões atuantes no período de formação do ser humano, irá refletir no comportamento desta, que se vê obrigada a agir de forma que possa sobreviver.

Não se fala apenas em carência econômica, mas também em carência intelectual, afetiva, entre outras, sendo, na maioria das vezes, estas causadas por aquela. Todas estas carências contribuem para uma má estruturação da personalidade destes jovens que já recebem uma sobrecarga endócrino-emocional-agressiva, normal na puberdade.

Porém, a questão da miséria dos adolescentes deve ser analisada sob um âmbito mais amplo, pois não se constituem em seres isolados. Se eles encontram-se na situação em que estão, isto é devido a uma serie de fatores, sendo a origem destes os problemas dos maiores miseráveis. Pode-se perceber tal influência dos problemas dos adultos na vida dos jovens em alguns dados do relatório do UNICEF sobre a infância e a adolescência no Brasil, como aqueles que demonstram que, enquanto a média nacional de crianças e adolescentes pobres é de 45%, dentro do grupo daqueles com mães que não têm escolaridade ou têm menos de um ano de estudo, 76% são pobres.³⁵

Em um país no qual os 20% mais ricos ganham trinta vezes mais do que os 20% mais pobres³⁶, grande parte da população se vê obrigada a viver às margens da sociedade. Este quadro de exclusão pode ser considerado o maior responsável pela grande miséria existente no país, pois apesar de impor idéias e costumes iguais, o mundo oferece oportunidades extremamente desiguais, como se pode observar no poema transcrito no início da presente monografia. Segundo GOMIDE:

Como resultado aparece um quadro de disparidades enorme. Determinada parcela da população economicamente ativa mantém padrões de qualidade de vida aceitáveis. Outro contingente, menos favorecido e à margem do processo produtivo ou nele inserido precariamente, sobrevive em condições de absoluta miséria. São as populações que habitam favelas e similares sem qualquer infra-estrutura ou possibilidade de acesso aos bens de consumo.³⁷

Vivendo às margens da sociedade, há a tendência de se formarem subculturas, ou seja, culturas que não correspondem à cultura dominante, imposta pela sociedade. Não sendo aceitos por esta e enfrentando situações coletivas de frustração, alguns indivíduos passam a negá-la, e como consequência desta revolta interna, apresentam como mecanismo de defesa, a aceitação de uma subcultura delinqüente. É neste contexto que irão nascer e crescer inúmeros brasileiros, sendo esta cultura “diferente” introjetada por eles, podendo estes, muito provavelmente, passarem a encará-la como normal. No entendimento de DIAS e ANDRADE:

A luz destas teorias, não só o delinqüente que é visto como *normal*. Igualmente *normal* é o seu processo de aprendizagem, socialização e motivação. Com efeito, ao obedecer às

³⁵ UNICEF, op.cit.

³⁶ Id.

³⁷ GOMIDE, P. I. C. Meninos de rua da cidade de curitiba. **Revista Igualdade**, Curitiba, n. 7, p. 03-16, abr./jun. 1995.

normas subculturais, o delinqüente mais não pretende do que corresponder à expectativa dos outros significantes que definem o seu meio cultural e funcionam como grupo de referência para efeitos de *status* e de sucesso.³⁸

Nos casos em que crianças desenvolvem-se em meio de subculturas delinqüentes, é provável que estas introjetem tal subcultura como se normal fosse. Assim, não havendo conflito entre *Id* e *Super ego*, este teria assumido também um conteúdo criminoso, havendo total identificação de sua personalidade com o crime.³⁹

Obviamente não está a se afirmar que todos os jovens que se desenvolveram dentro de uma subcultura delinqüente ou que vivem em estado de absoluta miséria irão, certamente, tornar-se delinqüentes. Isso porque, conforme RECKLESS, há indivíduos que desenvolvem resistências, provindas da estrutura social, cultural e moral deles, ou pertencentes ao seu próprio *self*, as quais são capazes de neutralizar as possíveis causas de atos infracionais. “Noutros termos, tais componentes são forças inibitórias que ‘atuam como defesas contra os desvios das normas legais e sociais, isolando o indivíduo das pressões e solicitações e protegendo-o contra a desmoralização e sedução’.”⁴⁰

Para grande número de jovens brasileiros, os problemas já começam com o seu nascimento, pois muitas vezes são fruto de uma relação desajustada, sendo, na maioria das vezes, indesejados. Apenas isto não seria tão grave, pois tal fato ocorre mesmo nas classes mais altas da sociedade. O problema é que, para pessoas que não possuem condições sequer para sustentar a si mesmas, um filho indesejado representará um grande atrapalho.

Mesmo quando aspirada pelo casal, esta criança viverá em um ambiente familiar nada saudável. Isso porque a família, mesmo possuindo boas intenções, não tem condições materiais para criar um filho, e conseqüentemente, não terá tempo de fazê-lo, pois irá ocupá-lo buscando meios para sobreviver.

A família é responsável pela formação de grande parte da personalidade de um indivíduo, como já foi demonstrado. Porém, no contexto de absoluta carência em que inúmeras delas vivem, esta pode apresentar-se como o inverso do que se destina a ser. Sendo assim, pode mostrar-se desajustada, mal estruturada e sem coesão afetiva, com relações patológicas entre pais e filhos e mesmo com a

³⁸ DIAS; ANDRADE, op. cit., p.291.

³⁹ Ibid., p. 193.

⁴⁰ Ibid., p. 220.

existência de membros delinqüentes, propiciando que crianças e adolescentes, como seres em desenvolvimento que são, venham a se tornar inseguros, complexados, desequilibrados e agressivos. Se não possuem vínculos afetivos com seus familiares, quem dirá com os outros indivíduos. Como estes nada significam, não há remorso algum em prejudicá-los.

Sem condições de criar um filho, a família, inclusive por falta de tempo e de dinheiro, acaba relegando-o a segundo plano, deixando de educá-lo, orientá-lo, assisti-lo e mesmo de alimentá-lo. Em um país no qual 45% das crianças e adolescentes vivem abaixo da linha de pobreza⁴¹, não é de causar espanto que os pais não disponham de muito tempo com seus filhos, pois, na maior parte dele, estão trabalhando ou procurando emprego. Muitas vezes a renda familiar não é suficiente sequer para proporcionar uma alimentação adequada à prole.

O índice de subnutrição entre crianças e adolescentes no Brasil é alarmante. Mais assustador ainda é o fato de que a carência nutricional pode causar danos irreversíveis, como a cegueira, o raquitismo e o retardamento mental, ou no mínimo, danos limitadores ao processo de desenvolvimento físico e intelectual. Não há como se esperar que uma criança subnutrida se desenvolva de forma sadia, vindo a apresentar as mesmas características de um indivíduo que cresceu recebendo o cuidado necessário.

Não se deve esquecer também da questão da moradia. Pais desempregados ou que recebem um salário irrisório não têm condições de oferecer uma habitação adequada a seus filhos. Acabam morando em barracos na favela, em baixo do viaduto, ao relento ou mesmo em edifícios abandonados. Esta triste realidade veio novamente à tona no último mês de agosto, quando houve um conflito entre policiais e sem-tetos em São Paulo.⁴² Não se trata de concordar com a atitude de se ocupar prédios desocupados, mas em se indignar com as condições em que sobrevivem aquelas famílias, as quais não possuem meios sequer para viver dignamente.

⁴¹ UNICEF, op. cit.

⁴² ZULINO, P. R. **Sem teto e polícia entram em confronto no centro de SP**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/cidades/noticias/2005/ago/16/20.htm>> Acesso em: 01 set. 2005.

Dentre os que possuem moradia, 17,4% das crianças e adolescentes vivem sem abastecimento de água internamente no domicílio e 18,7% não têm acesso à rede de esgoto, fossa séptica ou rudimentar.⁴³

Neste contexto chega à idade de ir para a escola e este indivíduo recebe uma segunda chance para se desenvolver adequadamente. Porém, ele chega nas aulas sujo, mal alimentado e sem grandes noções de comportamento. Conseqüentemente apresentará dificuldade de aprendizagem, sendo menosprezado pelo grupo e inclusive pelo professor, aquele que deveria lhe dar todo o apoio para que aprendesse e incentivo para que continuasse na escola. Muitas vezes, soma-se aqui a questão de que muitos jovens precisam trabalhar para complementar a renda familiar, (pois os salários dos pais não são suficientes para isto), sendo esta atividade incompatível com a frequência e atividades escolares.

Porém, não há como se ignorar que a evasão escolar decorre tanto de razões vinculadas à escola propriamente dita, como de problemas com a professora, com os colegas, falta de material e de vagas, explicitando o distanciamento entre o atual sistema escolar e as camadas mais pobres da população.⁴⁴

O adolescente acaba se vendo obrigado a abandonar a escola, tornando-se explícita sua condição de marginal⁴⁵, fazendo com que se sinta humilhado e com a auto-estima extremamente diminuída por não poder fazer parte do sistema. Na verdade, estes jovens “são submetidos a um processo contínuo de inferiorização, fragilidade, dependência, de baixa auto-estima e degradação de sua identidade política e social.”⁴⁶

Possuindo um grande período de tempo ocioso e sem contar com sua família, o adolescente passa todo seu tempo vago na rua, tendo esta como escola e “aprendendo com a vida”. Aqui passará a conviver com outros jovens que vivem nas mesmas condições que ele, com famílias desestruturadas e sem nenhum ensino. Além destes, também conviverá com adultos delinquentes, os quais provavelmente o influenciarão a apresentar o mesmo comportamento que eles.

⁴³ UNICEF, op. cit.

⁴⁴ GOMIDE, **Meninos de rua...**

⁴⁵ No sentido de marginalizado, às margens da sociedade.

⁴⁶ PRATES, F. C. **Adolescente infrator: A Prestação de Serviços à Comunidade**. Curitiba: Juruá, 2001. p. 23.

Conforme LEAL: “A Convivência nas ruas, a par do exercício de ocupações marginais ou da mendicância, a visão da prática de crimes, tudo isso constitui um preâmbulo da atividade criminosa.”⁴⁷

Não se está a afirmar que as más companhias determinam o comportamento anti-social, mas não há como negar que elas influenciam a se adotar tais atitudes.

Vivendo nas ruas, muitas vezes, buscando uma forma de sobreviver, passa a furtar, inclusive para ter o que comer. O elevado índice de furtos dentre os atos infracionais praticados por adolescentes⁴⁸ só vem a demonstrar o estado de miséria que a população jovem brasileira vive. O furto, ao lado do trabalho de vigiar carros e limpar pára-brisas, em muitos casos, representa uma forma ordinária de suplementação do orçamento familiar.

Ainda soma-se a todos estes fatores a auto-estima extremamente baixa destes jovens, a qual os torna significativamente vulneráveis. O mundo ao qual fazem parte é permeado por sentimentos de estigmatização e exclusão, sentimentos estes vividos não só por eles, mas também por seus pais, amigos e vizinhos. Tamanha é a força do estereótipo que carregam, que os próprios adolescentes excluídos passam a acreditar que a pobreza está vinculada à sujeira, vadiagem, ignorância e delinquência. Formar suas personalidades neste contexto, faz com que criem um imenso sentimento de inferioridade, podendo levar, inclusive, ao já mencionado mau desempenho escolar.

Buscando uma forma de compensar suas frustrações e suas experiências sociais desgastantes, encontra na delinquência um modo de aumentar seu auto-conceito. Já que não possuem direitos, por que deveriam haver proibições?

Considerando-se incapazes de atingir as expectativas impostas pelas classes dominantes, então simplesmente rejeitam os valores atribuídos por elas, comportando-se de forma totalmente anti-social,⁴⁹ minando uma revolta por sua

⁴⁷ LEAL, C. B. **A delinquência juvenil: seus fatores exógenos e prevenção**. Rio de Janeiro: Aide, 1983. p. 115.

⁴⁸ “Pesquisas internacionais demonstram que: ‘quantitativamente, registros criminais anuais indicam que menores de 14-18 anos responderiam somente por 4,5% da criminalidade (para menores de 6 a 21 anos, a taxa cairia para 3,5%); qualitativamente, a criminalidade atribuída a menores é ainda menos dramática: 2/3 das infrações penais de menores é constituída de *delitos de bagatela* (furto simples, dano, lesão leve, etc.), restando somente 1/3 para delitos violentos, como homicídio, lesão grave e roubo.” (CIRINO DOS SANTOS, Juarez)

⁴⁹ GOMIDE, P. I. C. **Menor infrator: a caminho de um novo tempo**. Curitiba: Juruá, 1990. p. 37.

condição, por sua pobreza e pela riqueza inatingível, com a qual convivem diariamente, sem, porém, dela desfrutarem.

Ressalte-se que os fatores expostos até o presente momento não são suficientes, por si só, para desencadear um comportamento delinqüente, apesar de contribuírem para isto. Uma resposta agressiva a todas as frustrações vividas por estes jovens depende de uma série de fatores, como a experiência adquirida durante a infância, a mobilidade de espírito, a capacidade de adaptação, a integração da personalidade, o grau de comunicação social, a abertura aos valores e aos apelos da consciência, a correta e segura orientação ética, a estabilidade emocional, dentre outros.⁵⁰

Como conseqüência de todo o exposto, cria-se, na mentalidade da população, o estereótipo do menor marginal, infrator por excelência, o qual deve ser excluído totalmente da sociedade e escondido em unidades de internação, de preferência para nunca mais voltar. Pronto, foi feita a “limpeza” das ruas e a sociedade está a salvo.

O que a população não percebe é que o comportamento anti-social do adolescente é fruto de um contexto muito maior, e sua mera segregação apenas contribuirá para o fomento de tais atitudes. Estes jovens são oriundos de famílias miseráveis e marginalizadas em decorrência da condição econômica do país. Condição esta que dificulta, ou mesmo impede, que seus pais cumpram com sua função de alimentar, proteger e acariciar seus filhos.

Segundo GOMIDE: “Em função da ausência de condições mínimas de sobrevivência, por falta de profissionalização, educação e saúde, estas pessoas perderam a capacidade de educar e cuidar de seus filhos, permitindo que esta função seja realizada pelo Estado ou pelas ruas das cidades.”⁵¹

Novamente conclui-se pela necessidade de uma mudança estrutural, afim de que sejam resolvidos os problemas dos maiores, no que tange às injustiças sociais, o que, conseqüentemente, refletirá nas condições de vida dos adolescentes, os quais não mais enfrentarão todo o processo descrito neste tópico, surtindo efeitos, em última análise, na tão difundida pela sociedade, insegurança social.

⁵⁰ DIAS; ANDRADE, op. cit., p. 235.

⁵¹ GOMIDE, **Meninos de rua...**

3.2 OS PROJETOS DE VIDA DO ADOLESCENTE BRASILEIRO

A fase da adolescência é rica em fantasias, projetos de vida idealizados e superestimados. Porém, quando se está a tratar de jovens que vivem na miséria, esta constatação perde sua veracidade, pois a realidade em que vivem vem a limitar suas aspirações.

O fato de conviverem com pessoas que, em sua ampla maioria, não conseguiram nenhuma ascensão profissional, faz com que se desestimulem e desacreditem na possibilidade de “subir da vida” através do trabalho e do estudo. A possibilidade de conseguir sucesso através destes lhes é negado desde sempre. “Os projetos de ascensão social são assim abortados, já que o desencanto com a possibilidade de execução dos objetivos chega muito cedo.”⁵²

Isso não decorre apenas da dificuldade de acesso ao estudo e ao trabalho, mas também do insucesso que muitos deles tiveram ao tentar freqüentar a escola, pois, por mais que se esforçassem, não conseguiam acompanhar o restante da turma. Como consequência, não adquiriram os conhecimentos necessários para a realização de um serviço de qualidade, sendo difícil a permanência deles em empregos, quando o conseguem.

Por mais que desejem prosperar através do estudo e do trabalho, são desde sempre desencorajados, subestimados e levados a acreditar que esta vida que desejam não foi reservada para pessoas que nasceram nas condições em que eles vivem. Marginalizados, não conseguem perceber sua vida como componente intrínseco da totalidade social. Não se vendo como parte da sociedade, tendem a rejeitar os valores impostos por esta. Desta forma, restam a aceitação e/ou a revolta.

Em seu livro *A Criança da Favela e sua Visão de Mundo: uma Contribuição para o Repensar da Escola*, MEDEIROS transcreve o sentimento de um adolescente da favela em relação às pessoas inseridas na sociedade: “Não gosto de falar nesse assunto porque fico cheio de raiva. Eles têm tudo só pra se mostrar: casa com dois chuveiros, empregada, comida.”⁵³

⁵² MEDEIROS, L. **A criança da favela e sua visão do mundo: uma contribuição para o repensar da escola**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986. p. 79.

⁵³ Ibid., p. 80.

Essa raiva é compreensível visto que este jovem precisa lutar inclusive para saciar sua fome, sendo privado de qualquer benefício facilmente alcançado por outro adolescente que teve a sorte de nascer em uma família rica.

Estes adolescentes marginalizados crescem acreditando que são incapazes de realizar qualquer projeto de vida diferente daquele que seu contexto social lhes impõem. Mesmo porque, pra que idealizar algum projeto de vida se não se sabe até quando essa tal vida irá durar?

Para eles, cada dia é um dia. O próximo pode não existir. Sua vida se limita ao imediato, ao circunstancial, não percebendo a vida como um projeto que deve ser cumprido. Em um momento seu maior sonho é poder comprar uma refeição, no momento seguinte sua grande aspiração é vender bugigangas na praça, tudo dependendo de sua atual necessidade. Como planejar um futuro cuja determinação lhes é negada e que nem sequer sabe-se se irá existir?

Segundo MEDEIROS: “os projetos de vida dos meninos estão limitados à solução imediata da sobrevivência e da segurança, o que mostra toda irrerealidade de se tentar extrapolá-los para uma situação futura qualquer. O futuro é circunstancial.”⁵⁴

Essa visão da vida é uma consequência do contexto em que vivem, qual seja, em permanente situação de risco. A miséria, as condições precárias de vida e de subsistência, o contato com verdadeiros criminosos e a influência destes, a relação violenta que geralmente possuem com policiais, a violência diária que sofrem e a constatação de que quase nenhum adulto ao seu redor conseguiu prosperar, contribuem para que a existência do amanhã seja incerta.

Sendo cada momento visto como um instante isolado, não há maiores problemas em furtar ou realizar algum ato anti-social, mesmo porque destes depende sua sobrevivência, além do fato de não lhes ser dada nenhuma outra opção. É extremamente complicado pertencer a um mundo que lhe está vedado.

DIMESTEIN, em seu livro *A Guerra dos Meninos*, explicita a total falta de perspectivas destes jovens, sintetizada com extrema clareza por uma pergunta feita por uma jovem prostituta de Recife, em conversa com psicólogas: “Será que dá para nascer de novo?”⁵⁵

⁵⁴ MEDEIROS, loc. cit., p. 81.

⁵⁵ DIMENSTEIN, G. **A guerra dos meninos**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 63.

Outro trecho do mesmo livro também causa revolta. Em uma série de pesquisas com menores infratores, a educadora Ana Lira, em Recife, constatou que 30% deles gostariam de ser policiais, tendo um garoto lhe justificado tal opção pelo fato de que, assim, poderia roubar sem ser pego.⁵⁶ Que espécie de parâmetros possuem jovens que equiparam policiais e bandidos? Como podemos julgar, a partir dos nossos valores, meninos que possuem valores completamente distintos?

Ainda somado a toda esta experiência de vida, tem-se as drogas, muitas vezes representando uma forma de aliviar a fome e reduzir a tensão. Será que possuem o projeto de largá-las? Na grande maioria não, pelo simples fato de não existirem perspectivas melhores para o caso de deixá-las. Acreditando que seu destino é morrer com um tiro, ser preso ou submeter-se a um subemprego humilhante, não possuem estímulos para largar o vício.

Sendo abastecidos com violência⁵⁷, excluídos de qualquer possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, tendo as drogas como companhia e a agressividade como resposta natural e previsível em seus contatos sociais, sem possuírem qualquer perspectiva, seu único projeto de vida acaba sendo o projeto do crime. Não por perversidade, mas por ser sua forma de subsistência e o único “projeto” viável.

Meninos que outrora brincavam nas ruas e nos semáforos da cidade, um dia crescem, e então não será a gorjeta que estarão esperando, mas estará agora empunhando uma arma, na ânsia de resgatar tudo aquilo que não foi lhe dado na hora certa. Neste momento ele passará a ser notado pela sociedade e se tornará motivo de preocupação desta.

3.3 OS CONSEQÜENTES ATOS INFRACIONAIS

A conseqüência mais evidente de todo o exposto, e aquela que mais causa preocupação na sociedade, são os atos infracionais praticados pelos adolescentes marginalizados, pois estes atingem diretamente a população. Neste ponto, o

⁵⁶ DIMENSTEIN, loc. cit., p. 24.

⁵⁷ No caso do problema dos conflitos armados, o UNICEF, ao tratar da violência urbana no Brasil, constatou que hoje, 14 mil jovens, entre 12 e 19 anos, são mortos de forma violenta, a maioria destes sendo meninos negros.

problema do menor passa a incomodar a sociedade, tornando-se, agora, foco de atenções.

A definição de ato infracional encontra-se no art. 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

“Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.”

Sendo assim, o adolescente que possuir entre 12 e 18 anos e tiver a desventura de exercer uma conduta tipificada na lei penal como crime ou contravenção penal, será responsabilizado por seus atos nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente. É aí que se encontra a grande relação entre o Direito Penal e o Direito da Infância e da Juventude.

Porém, apesar de, no que diz respeito à apuração do ato infracional em si considerado, serem assegurados ao adolescente direitos e garantias procedimentais similares aos conferidos a imputáveis acusados da prática de infração penal (arts. 106 *usque* 109 da Lei nº 8.069/90), existem também certas peculiaridades⁵⁸. Já no que concerne à aplicação e à execução das sanções correspondentes, as chamadas medidas sócio-educativas⁵⁹ demandam um raciocínio totalmente diferenciado e muito mais complexo que aquele usualmente destinado à “dosimetria” e execução das penas atribuídas a adultos, com as quais aquelas não se confundem.

Estando taxativamente definido em lei, consiste em um equívoco enquadrar o ato infracional em uma vaga categoria, ampliando sua dimensão a fim de incluir preconceitos e meras opiniões dos operadores do direito, como enquadrar como ato infracional a “vadiagem”, a “perambulação”, etc., chegando, inclusive, ao absurdo de privar adolescentes de sua liberdade por apresentarem tais condutas.

Como afirma Mario Volpi: “A inexistência de parâmetros objetivos para medir a dimensão quantitativa real da chamada delinquência juvenil é, por vezes, substituída por avaliações e opiniões impressionistas e inadequadas.”⁶⁰

⁵⁸ Exemplos de tais peculiaridades: Adolescentes não podem permanecer em delegacias de polícia por mais de 24 horas, mesmo que em dependências totalmente separadas dos adultos; após o registro de ocorrência do ato praticado, devem ser entregues aos pais para encaminhamento imediato ao Ministério Público, ou ser diretamente encaminhado a este; dentre outras.

⁵⁹ Consistem em: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semi-liberdade e internação em estabelecimento educacional.

⁶⁰ VOLPI, M. **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 16.

Tal prática, presente na época do famigerado Código de Menores de 1979, não deveria mais ser possível na esteira da Doutrina da Proteção Integral, introduzida na nossa ordem constitucional. Desta forma já tem se posicionado o E. Superior Tribunal de Justiça:

Apegados à vigência da legislação anterior, na qual medida privativa de liberdade tinha como pressuposto uma categoria sociológica vaga, “o ato anti-social”, muitos operadores do direito ainda não se deram conta de que, com o advento do ECA, a medida de internação passou a ser regida pelo princípio da legalidade estrita. Vale dizer, somente pode ser aplicada nos casos previstos em lei, nas hipóteses definidas a priori, para situações de fato precisas. Absurdo que o cidadão não possa saber antecipadamente o que pode fazer ou deixar de fazer para evitar a perda de sua liberdade. Assim, não tem o magistrado, neste terreno, qualquer poder discricionário. Não pode, somente porque assim acha mais adequado aos superiores interesses do jovem, ministrar-lhe internação. Os casos de privação de liberdade são somente aqueles previstos no art.122 (exceto a internação provisória) do Estatuto, sendo absolutamente ilegal a manutenção de jovem internado fora das hipóteses taxativamente descritas:

HC 8.868 - É nula a r. decisão cuja fundamentação não apresenta correlação com as hipóteses legais ensejadoras da medida privativa de liberdade. A infração não é daquelas indicadas no inciso I (do art.121). Não se demonstrou, na fundamentação dos decisórios, a reiteração no cometimento de outras infrações graves. Por igual, não realizou-se adequação típica em relação ao inciso III;

(...)

HC 11.302 – A medida extrema de internação só está autorizada nas hipóteses previstas taxativamente nos incisos do art.122 do ECA, eis que a segregação de menor é, efetivamente, medida de exceção, devendo ser aplicada ou mantida somente quando evidenciada sua necessidade – em observância ao próprio espírito do Estatuto da Criança e do Adolescente, que visa à reintegração do menor à sociedade;

HC 10.776 – Esta turma tem entendido que a medida extrema de internação só está autorizada nas hipóteses previstas taxativamente nos incisos do art.122 do ECA, eis que a segregação de menor é, efetivamente, medida de exceção, devendo ser aplicada ou mantida somente quando evidenciada sua necessidade – em observância ao próprio espírito do Estatuto da Criança e do Adolescente, que visa à reintegração do menor à sociedade. IDEM HC 10.216.⁶¹

Assim como o ato infracional não pode ser considerado uma vaga categoria, o adolescente infrator também não pode, pois consiste no adolescente que praticou uma infração, taxativamente estabelecida. Sendo assim, um jovem que não tenha praticado tal ato, não poderia ser considerado infrator, sendo absolutamente impossível aplicar uma medida sócio-educativa a ele. Infelizmente, como ocorria na ultrapassada doutrina da situação irregular, ainda observa-se tal prática.

A definição taxativa do ato infracional deveria ter fechado as portas para preconceitos ou opiniões pessoais, apresentando certa segurança ao adolescente. Porém, diferente disto, grande parte da sociedade criou estereótipos, sendo considerado o adolescente marginal como um infrator por excelência. Tais

⁶¹ In Revista Igualdade. Vol. 09, n. 33, p. 09.

estereótipos, nas palavras de Walter Lippman, correspondem à *pictures in our minds*.⁶² Através desta criação da nossa mente, somos capazes de atribuir preconceituosamente etiquetas a indivíduos que apresentam atributos que coincidam com o estereótipo que criamos. Como consequência, possuem papel determinante na resposta social à delinquência, condicionando as respostas a um certo estigma, fazendo, deste modo, com que esta resposta não seja genérica, mas sim, seletiva.

Isso vem a explicar o fenômeno da criminalização seletiva do comportamento desviante, ou seja, a injustiça de que, mesmo sendo fato que a grande maioria dos adolescentes comete atos anti-sociais ou mesmo infracionais, apenas algumas infrações são registradas e apenas alguns adolescentes são processados. Esta injustiça institucionalizada fere, sobremaneira, o direito fundamental constitucional da igualdade.⁶³ Tal fenômeno, qual seja, a relação entre quem realiza um ato infracional e a sociedade, relação esta que resulta na “seleção” de apenas alguns indivíduos, é explicado pela criminologia da reação social, mais especificamente pelo *Labeling Approach*.

Tal construção social do comportamento desviante pode ser claramente constatada se levar-se em conta a questão da criminalidade oculta, a chamada cifra negra:

... o caráter criminoso do comportamento não é uma característica da ação, mas uma qualidade *atribuída* ao comportamento pelo sistema de controle social, como reação da comunidade e do Estado no processo de criminalização, conforme a conhecida tese de BECKER. Aqui, pode-se ver que a cifra negra não é um problema acadêmico, mas de aplicação da lei: se todo adolescente pratica ações criminosas (ou *infrações*), então porque somente *algumas* infrações são registradas e apenas *alguns* adolescentes são processados?⁶⁴

Conclui-se que, além de influenciar no comportamento anti-social do adolescente, o estado de miséria em que muitos deles se encontram, também influencia na filtragem da criminalização. Neste sentido, conforme afirma CIRINO DOS SANTOS: “(...) carências e *deficits* sociais não seriam, simplesmente, variáveis independentes no sentido de *causas* da criminalidade atuantes sobre o indivíduo,

⁶² DIAS; ANDRADE, op. cit., p.348.

⁶³ CIRINO DOS SANTOS, **O adolescente infrator...**

⁶⁴ Id.

mas a própria origem da filtragem do processo de criminalização que produz a clientela do sistema de controle social.”⁶⁵

Disto conclui-se que a existência de leis não gera a tão difundida segurança, nem muito menos é aplicada automaticamente, mas sim, depende de diversos fatores. Estes se baseiam, essencialmente, na audiência social, determinando a imposição de tais leis apenas em alguns casos específicos, ocasionando o etiquetamento daquele que foi selecionado por esta reação social.

Sendo assim, o que se vê em grande parte dos casos, é que o que se pune não é propriamente a conduta desviante do adolescente, pois esta é observada na maioria deles, mas sim, absurdamente, sua pobreza, sendo ele punido por viver em estado de total miséria e carência.

Como já foi observado, devido a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, é natural do comportamento do jovem certas manifestações de rebeldia ou determinados comportamentos anti-sociais, sendo inviável a aplicação de uma medida sócio-educativa em decorrência disto.

Porém, o que se tem é a substituição da família por grupos de adultos verdadeiramente criminosos, da escola pela rua, de um apoio decorrente de suas peculiaridades pela repreensão policial, de um tratamento realmente efetivo e adequado à sua condição de pessoa em desenvolvimento por medidas sócio-educativas, as quais muitas vezes são tudo menos sócio-educativas.

Não se quer pregar que adolescentes apenas possuem direitos e não deveres, muito menos se acreditar que não existem problemas sociais referentes e decorrentes da juventude. Diferentemente, quer-se demonstrar que tais problemas devem ser encarados sobre outros aspectos, como a condição de pessoa em desenvolvimento, as mudanças psicossomáticas e o ambiente em que vivem, e não meramente como um problema que deve ser extinto através da “punição” de adolescentes que praticaram um ato infracional, com caráter meramente retributivo-punitivo.

Deve-se romper as barreiras dos preconceitos, principalmente em relação aos jovens pertencentes às camadas menos favorecidas da sociedade, e passar a se tratar da questão do adolescente infrator com a seriedade que o tema merece, observando-se que é a transgressão da lei que define e limita a atuação da Justiça

⁶⁵ CIRINO DOS SANTOS, **O adolescente infrator...**

nesta área. Além disso, também se deve saber que a prática de um ato infracional apenas autoriza a aplicação de uma medida sócio-educativa, a qual será aplicada de acordo com as necessidades sócio-pedagógicas que o adolescente apresentar.

Neste sentido, pronuncia-se DIGIÁCOMO:

A apuração da autoria e da materialidade do ato infracional em si considerado se constitui apenas em uma das etapas do procedimento, que embora seja verdadeira *conditio sine qua nom* para aplicação das medidas sócio-educativas típicas, perde em importância para a apuração da situação pessoal, familiar e social do adolescente, de modo a saber quais as suas reais necessidades pedagógicas (tal qual exige o art.113 c/c art.100, primeira parte, da Lei nº 8.069/90), em razão das quais será aplicada e executada a medida sócio-educativa.⁶⁶

Desta forma, o adolescente que cometeu um ato infracional, frise-se, tipificado na lei penal, deve ter aplicada a ele uma medida sócio-educativa ou mesmo uma medida protetiva (*ex. vi.* Art.101, E.C.A.), conforme a que se apresentar mais adequada em face de suas reais necessidades pedagógicas, tendo o intuito de corrigi-lo, re-educá-lo e re-socializá-lo. O último fim que se pretende atingir é sua mera punição, ainda mais quando de sua total desnecessidade, apenas considerando-se sua condição social e conceitos pré-estabelecidos.

Conclui-se este tópico com a transcrição de um trecho do artigo *O Adolescente Infrator e os Direitos Humanos*, no qual CIRINO DOS SANTOS afirma que:

Na linha desse argumento, a produção social da criminalização dependeria mais da *posição social* do infrator do que do *fato punível*, conforme a tese de SACK, ou seja, o que realmente se sanciona não é o fato punível, mas a *posição social marginal* do autor.(...) Essa perspectiva permite compreender a criminalidade do adolescente *menos* como problema individual, e *mais* como problema da comunidade: do ponto de vista do ato infracional, a ação do adolescente constituiria *tentativa de domínio* de situações de conflito social e emocional, e como expressão de situações de conflito a prevenção do ato infracional exigiria ajuda real na solução de *outros problemas* no âmbito da família, da escola e da profissão – tarefas próprias de uma política social responsável para a juventude, que não deveria se orientar para a repressão do comportamento indesejável, mas para a aceitação desse comportamento como normal e transitório, reduzindo a pressão sobre a adolescência socialmente deficitária, já suficientemente punida pelas circunstâncias da vida.⁶⁷

⁶⁶ DIGIÁCOMO, **Breves considerações...**

⁶⁷ CIRINO DOS SANTOS, **O adolescente infrator...**

4 DA RESPOSTA ESTATAL

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 112, estabelece as possíveis respostas estatais aos atos infracionais cometidos por adolescentes. São as chamadas medidas sócio-educativas, as quais vem substituir as penas utilizadas no Direito Penal, do qual a Justiça da Infância e da Juventude não faz parte.

Dentre elas existem aquelas executadas com privação de liberdade e aquelas executadas em meio aberto. As medidas não privativas de liberdade são: a advertência; a reparação do dano; a prestação de serviços à comunidade; a liberdade assistida. Já as privativas de liberdade são: a inserção em regime de semi-liberdade e a internação em estabelecimento educacional. Esta última pode ser chamada de tudo, menos de sócio-educativa.

Diferente das penas, as quais possuem caráter meramente punitivo-repressivo, as medidas sócio-educativas devem apresentar um caráter prevalentemente pedagógico. Porém, também possuem caráter sancionatório, pois apresentam certa carga retributiva, pertencendo ao gênero “sansão estatal”. Tal característica resume-se ao fato de que apenas é juridicamente possível aplicar-se uma medida sócio-educativa ao adolescente que tenha praticado um ato infracional, *ex vi* do disposto nos arts. 103, 112, *caput*⁶⁸ e 114⁶⁹, todos da Lei nº 8.069/90.

Na medida sócio-educativa de internação, as possibilidades de sua aplicação são ainda mais restritas, devido ao princípio da excepcionalidade, admitindo-se sua aplicação apenas nas hipóteses do art. 122, do E.C.A., quais sejam: ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; reiteração no cometimento de outras infrações graves; e descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta.

Apesar da prática não corresponder satisfatoriamente à teoria, as medidas sócio-educativas se constituem em modelos racionais de exercício de poder, visto que visam à solução de conflitos, mesmo que em nível abstrato. Em contrapartida, as penas não possuem nenhuma racionalidade, não contendo nenhum sentido a

⁶⁸ “Art. 112 Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: ...”

⁶⁹ “Art. 114 A imposição das medidas previstas nos incisos II a VI do art. 112 pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão, nos termos do art. 127.”

não ser apresentar-se como uma manifestação do poder.⁷⁰ Interessante transcrever uma frase extraída do livro *Criminologia: O Homem Delinqüente e a Sociedade Criminógena*, a qual afirma que: “O castigo talvez satisfaça os nossos instintos primitivos, mas nenhum progresso realiza.”⁷¹

Sendo assim, a apuração da autoria e materialidade do ato, apesar de *conditio sine qua nom*, é apenas uma das etapas do procedimento, perdendo, em relevância, para a análise das condições sócio-familiares-pedagógicas do jovem. Isso consiste no fato de que jamais uma medida sócio-educativa pode ser entendida como um fim em si mesma, mas sim como uma forma de contribuir para a re-socialização do jovem, devendo ser sua utilização justificada frente às necessidades pedagógicas do mesmo.

Apesar de infelizmente ainda não ser unânime, já se tem observado alguma jurisprudência neste sentido:

Estatuto da Criança e do Adolescente. Prática de ato infracional definido no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal. Aplicação da medida sócio-educativa de internação. Inadequação. Reforma da sentença monocrática. Prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida. Medidas que se revelam mais apropriadas à espécie. Recurso parcialmente provido. Embora reconhecida a gravidade da conduta infracional, com violência à pessoa, se o conteúdo dos autos demonstra que, para a **readaptação social** [grifo meu] do adolescente, tendo em vista as **necessidades pedagógicas** [grifo meu], e para visar o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, são mais indicadas as medidas sócio-educativas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida, exclui-se a medida de internação, que é recomendada somente quando nenhuma outra seja suficiente para a ressocialização do adolescente. (Recurso de apelação nº 141.582-5, de São João do Triunfo, Rel. Des. Tadeu Costa, ac. nº 15830 – 1ª Câ. Crim., j. 02/10/2003).

Em assim sendo, a gravidade do ato infracional praticado não é suficiente para se determinar uma certa medida sócio-educativa em detrimento das outras, em decorrência das necessidades pedagógicas do jovem. A busca destas é de suma importância, na esteira do contido nos arts.100⁷², *in fine* e 113, ambos da Lei nº 8.069/90.

Isso fica claro no art. 122, §2º, do E.C.A., o qual determina que “em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada”,

⁷⁰ ZAFFARONI, E. R. **Em busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991. p. 203.

⁷¹ DIAS; ANDRADE, op. cit., p.216.

⁷² “Art. 100 Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.”

podendo ser interpretado a partir do princípio que, por força do disposto nos arts.1^{o73} e 6º da Lei nº 8.069/90, nenhum dispositivo contido no Estatuto da Criança e do Adolescente pode ser interpretado em desfavor do adolescente, devendo-se sempre buscar a solução que lhe for mais benéfica.

E que não se venha utilizar o argumento hipócrita de que a internação seria de alguma forma benéfica ao adolescente, pois, apesar de em casos extremos e excepcionais esta ser necessária, deve-se ter consciência de que priva o jovem de direitos fundamentais assegurados constitucionalmente, como a liberdade e o convívio familiar e comunitário. Assim, deve ser restrita àqueles casos em que as necessidades pedagógicas do adolescente realmente clamem por uma medida tão extrema, não podendo haver, de forma alguma, sua banalização.

Nos casos em que tal medida realmente se faz necessária, não se pode perder de vista que esta não se constitui em um fim em si mesma, mas em um meio de oferecer ao jovem a possibilidade de recuperação e re-socialização, através de um trabalho sério e intensivo, e não apenas de sua segregação do convívio familiar e comunitário. Tamanha foi a preocupação do legislador com a realização de atividades pedagógicas com os sócio-educandos, que estabeleceu, de forma expressa, que o não oferecimento ou a oferta irregular de “escolarização e profissionalização de adolescentes privados de liberdade” pode levar à responsabilidade dos agentes e autoridades públicas aos quais se atribui a omissão, *ex vi* do disposto no art.208, inciso VIII⁷⁴ c/c art.216⁷⁵, ambos da Lei nº 8.069/90. Cabe à autoridade judiciária e ao Ministério Público, a fiscalização (conforme arts.95⁷⁶ e 191⁷⁷, ambos da Lei nº 8.069/90), de modo a impedir que se tornem meros “depósitos” de adolescentes e que a internação passe a ser sinônimo da

⁷³ “Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.”

⁷⁴ “Art. 208 Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não-oferecimento ou oferta irregular: (...) VIII- de escolarização e profissionalização dos adolescentes privados de liberdade.”

⁷⁵ “Art. 216 Transitada em julgado a sentença que impuser condenação ao poder público, o juiz determinará a remessa de peças à autoridade competente, para apuração da responsabilidade civil e administrativa do agente a que se atribua a ação ou omissão.”

⁷⁶ “Art. 95 As entidades governamentais e não governamentais, referidas no art. 90, serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.”

⁷⁷ “Art 191 O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não governamental terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos.”

simples privação de liberdade, como se preocupa o art. 94, incs. X e XI, da Lei nº 8.069/90⁷⁸.

Não apenas na internação, mas em qualquer medida sócio-educativa deve-se dar extrema importância ao caráter pedagógico, não apenas preenchendo o tempo ocioso dos adolescentes, tendo como maior finalidade constituir a formação para a cidadania, contribuindo para o projeto de vida do jovem.

Infelizmente, além de ser desrespeitado o caráter pedagógico das medidas sócio-educativas, é alarmante o número crescente de internações que vêm sendo aplicadas sem qualquer cautela. A medida que deveria ser extrema e excepcional, tornou-se a regra, e sua banalização vem contribuindo para que as unidades de internação estejam cada vez mais superlotadas e as condições mínimas de vida e recuperação dentro delas cada vez mais precárias.

4.1 A RESPOSTA OFERECIDA

Frente ao argumento de que o sistema de proteção e garantias ao adolescente infrator não funciona, a inércia das autoridades acaba por punir, literalmente, os adolescentes que precisam receber o devido tratamento com a mais absoluta prioridade. Acaba-se responsabilizando a lei por tal fato, fingindo não saber que não é a sua alteração que irá tornar o sistema eficaz, mas o seu efetivo cumprimento e a responsabilização dos omissos.

Apesar de a opinião entre os criminólogos e penalistas ser de que nosso sistema penitenciário está realmente falido, acaba-se por reproduzi-lo para atender os jovens infratores, porém, mascarando-o com um discurso garantista. Agravando ainda mais a situação há outra questão, mencionada por ZAFFARONI, referente ao fato de que, na maioria dos países da América Latina, os órgãos do sistema penal atuam com tamanha violência, que causam mais mortes do que a totalidade dos homicídios dolosos entre desconhecidos praticados por particulares.⁷⁹

Muitos acreditam, ou fingem que acreditam, que a legislação voltada ao jovem infrator restringe-se aos rostos disfarçados e às vozes alteradas que são

⁷⁸ “Art. 94 As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras: (...) X- propiciar escolarização e profissionalização; XI- propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer; ...”

⁷⁹ ZAFFARONI, op. cit., p. 13.

mostradas pela mídia quando da prática de um ato infracional, desconhecendo que a questão é muito mais complexa.

Por derradeiro, vale a pena lembrar as eloqüentes palavras de MILLÔR FERNANDES, citadas por CUNEO:

Quando as crianças viram criminosas, as autoridades fecham os olhos. Não os delas próprias, que andam sempre bem abertos pra qualquer licitação que passe distraída. Legislam. Ah, como legislam! Obrigam todos os meios de comunicação a pôr uma tarja negra - ridícula - cobrindo os olhos dos “monstrinhos” que criaram, a fim de que estes não sejam identificados. E está resolvido o problema do menor”. (Jornal do Brasil, 22 de abril, 1992)
Pronto... está feita “higiene social”.⁸⁰

Fechando os olhos para a realidade em que vive a maioria da juventude brasileira, a resposta dada a tais jovens quando estes passam a incomodar a sociedade é a sua segregação, tornando a medida extrema e excepcional de internação o carro chefe das medidas sócio-educativas.

4.1.1 Internação

Grande parte da sociedade, fortemente influenciada pela mídia, tende a acreditar que uma relevante porcentagem dos crimes existentes no país é praticada por adolescentes. Ledo engano. Apenas 4,5% dos crimes são praticados por jovens com idades entre 14 e 18 anos. E dentre estes 4,5%, 2/3 são crimes meramente de bagatela.⁸¹

O que ocorre é que quando há um caso de ato infracional de natureza grave cometido por adolescente, este recebe tanto destaque que desencadeia um imenso clamor social, exigindo-se medidas extremas, imediatas, e, desculpe-me o termo, irracionais.

Primeiramente deve-se ressaltar que não se trata de adotar uma postura lírica de que jamais se deve aplicar a medida de internação, mas sim, que esta deve-se reservar aos casos extremos em que apresenta-se verdadeiramente necessária, não apenas pela gravidade do ato praticado, mas também pelas reais necessidades pedagógicas do adolescente.

⁸⁰ CUNEO, M. R. Inimputabilidade não é impunidade: derrube este mito: diga não à redução da idade penal. **Revista Igualdade**, Curitiba, n. 31, p. 22-37, abr./ jun. 2004.

⁸¹ CIRINO DOS SANTOS, **O adolescente infrator...**

Porém, a banalização da medida sócio-educativa extrema de internação já é observada mesmo antes de concluído o procedimento sócio-educativo, quando da ocorrência desenfreada da internação provisória. Esta é aplicada nas hipóteses dos arts.108 e parágrafo único⁸² e 174⁸³, da Lei nº 8.069/90 e reveste-se duplamente de excepcionalidade. Isso porque, além do princípio geral da excepcionalidade atinente à privação de liberdade do adolescente, soma-se outro, também de índole constitucional, qual seja, a presunção de inocência, que se encontra em contraste com a detenção antes da sentença definitiva.

Sendo assim não deve, jamais, ser aplicada sem critérios como se fosse uma mera “sala de esperas” da sentença, a qual, muitas vezes, prolonga-se por um tempo muito maior do que o permitido por lei, qual seja, 45 dias, afrontando expressamente direitos constitucionais do adolescente, como seu direito à liberdade.⁸⁴

E que não se venha utilizar o argumento hipócrita e falacioso de que a internação é benéfica ao adolescente, pois este poderá receber a educação que não teve quando em liberdade. Uma medida que prive de liberdade e restrinja direitos fundamentais não pode ser a melhor entre todas elas para re-socializar. Não pode trazer nenhum benefício um ambiente propenso a rebeliões, geralmente decorrentes de superlotações e do tratamento indevido dispensado aos adolescentes, como ocorreu recentemente, no dia 26/06/2005, na Fundação da Criança e do Adolescente do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, na qual dois jovens morreram e 20 ficaram feridos.⁸⁵

Mesmo nas instituições correcionais dos países mais desenvolvidos, as quais chegam a ter um funcionário para cada adolescente internado e equipe técnica especializada, constatou-se que apenas 3% dos internos consideravam-se ajudados pela instituição, enquanto 63% deles afirmavam terem sido extremamente

⁸² “Art. 108 A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo Máximo de quarenta e cinco dias. Parágrafo único. A decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.”

⁸³ Art. 174 (...) pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública.”

⁸⁴ Ultrapassando tal prazo, instala-se constrangimento ilegal reparável via *habeas corpus*. Além disso, com respaldo no art. 235, do E.C.A., o excesso injustificado deste prazo pode importar responsabilidade criminal da autoridade.

⁸⁵ ZULINO, op. cit.

prejudicados.⁸⁶ Se estes números já demonstram a ineficácia da internação em instituições consideradas de ótima qualidade, quanto mais no Brasil, onde as unidades mais se assemelham a presídios.

Deve-se ter em mente que a medida sócio-educativa extrema de internação é aquela, entre as medidas, que apresenta as piores condições para que o adolescente se recupere. Nas palavras de DIGIÁCOMO:

Dentre as medidas sócio-educativas relacionadas na Lei nº 8.069/90, a de internação, que importa na privação de liberdade do adolescente por um período que pode se estender por até 03 (três) anos, é no entender de educadores e técnicos da área social a menos recomendável de todas, pois contrária aos princípios sobre os quais se assenta a própria sistemática de atuação junto ao adolescente em conflito com a lei, que pressupõe a análise do caso sob o ponto de vista sócio-pedagógico (e não repressivo-punitivo), voltado ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários do jovem (com a realização de trabalho específico junto à família), que precisa ter sua auto-estima aumentada e vislumbrar, através da escolarização e profissionalização, perspectivas concretas de um futuro melhor e mais digno.⁸⁷

Muitas vezes, inclusive, as marcas decorrentes de uma internação podem ser piores do que aquelas decorrentes de um aprisionamento. Segundo ZAFFARONI: “A perversão do discurso jurídico-penal faz com que se recuse, com horror, qualquer vinculação dos menores (...) com o discurso jurídico-penal, embora submetam-se todos esses grupos a institucionalizações, aprisionamentos e marcas estigmatizantes (...) que são, num todo, semelhantes – e, freqüentemente piores – do que as abrangidas pelo discurso jurídico-penal.”⁸⁸

Sendo assim, deve-se reservar a aplicação de medidas privativas de liberdade aos casos extremos em que, além da gravidade do ato infracional, as características do adolescente infrator clamem por tal medida. Tais necessidades pedagógicas devem ser apuradas através de criteriosa análise, por equipe interprofissional habilitada, de todo o contexto pessoal, familiar e social em que o jovem vive. O objetivo deve ser a solução que seja a ele menos gravosa e que apresente as melhores condições para que haja a efetiva recuperação e conseqüente re-socialização do mesmo.

⁸⁶ GOMIDE, **Menor infrator...**, p. 24.

⁸⁷ DIGIÁCOMO, M. J. **Internação não é solução**. Disponível em: <http://folio.mp.pr.gov.br/cgi-bin/om_isapi.dll?clientID=145704&hitsperheading=on&infobase=ca_doutrina.nfo&record={191B}&softpage=Doc_Frame_Pg42> Acesso em: 04 mar. 2005.

⁸⁸ ZAFFARONI, op. cit., p. 22.

Para isto, o art. 121, do E.C.A., prevê que a medida sócio-educativa de internação deve obedecer aos princípios da excepcionalidade, da brevidade e do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. No mesmo sentido, o § 2º, do art. 122, do mesmo estatuto reza que em nenhuma hipótese tal medida será aplicada se houver outra adequada. Desta forma, percebe-se que, apesar de autorizar, a gravidade do ato praticado não impõe a aplicação da medida extrema de internação, a qual deve ser evitada.

Em vista disto, há todo um arcabouço legislativo, que passa pela sistemática aplicação de medidas de proteção e sócio-educativas em meio aberto, somadas a medidas de orientação e promoção sócio-familiar. É certo que a realidade ainda não corresponde a este objetivo. Porém, deixar com que aquela continue a mesma pelo simples fato de ainda não ter sido satisfatoriamente atingida pelas leis referentes à criança e ao adolescente seria um demasiado simplismo, o qual apenas viria a legitimar tal lastimável situação.

Cabe à autoridade judiciária e ao órgão do Ministério Público, a cobrança, notadamente junto ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, da definição de tal estrutura, pois os jovens não podem, jamais, serem penalizados pela omissão do Estado. Este, geralmente, é inerte em toda a fase de crescimento e desenvolvimento do indivíduo, não podendo mostrar-se presente apenas na hora de puni-lo, literalmente, por apresentar um comportamento anti-social, muitas vezes fomentado por tal descaso.

Deste modo, deve ser repudiada a tão freqüente aplicação da medida de internação sem critérios legais, o que vem contribuindo para a superlotação das unidades. Esta prejudica tanto aqueles que realmente necessitam de tal medida extrema, pois não irão receber dos técnicos e educadores a atenção e o tratamento devidos, quanto, obviamente, aqueles que lá não deveriam estar, por merecerem a aplicação de outra medida adequada.

Antes de se decretar a aplicação da medida de internação, deve-se analisar se não seria o caso de aplicar uma medida em meio aberto, ou mesmo uma medida protetiva. Estas poderiam surtir resultados muito mais positivos, reeducando o adolescente sem privá-lo de sua liberdade, já que é este o objetivo da Justiça da Infância e do Adolescente. Neste sentido já tem se mostrado a jurisprudência:

“Recurso de apelação. Ato infracional. Homicídio. Co-participação. Condenação correta. Adequação da medida imposta. 1. A medida extrema de

internação somente deve ser efetivada em casos de **comprovada necessidade** [grifos meus]. A co-participação havida, permite que a medida menos gravosa se estenda aos co-apelantes. Recurso provido, em parte.” (Recurso de apelação nº 99.36-6, Toledo, Rel. Des. Moacir Guimarães, ac. nº 8377, j. 05/04/99)

Não se trata aqui de querer acreditar que todos os adolescentes são “santos”, muito pelo contrário, tem-se a perspectiva de que nenhum é “santo”, visto que a imensa minoria das pessoas atravessa esta fase da vida sem cometer nenhum ato anti-social ou mesmo infracional (por óbvio não se incluem aqui a grave ameaça pessoal, patrimonial e sexual). Neste sentido é o entendimento de CIRINO DOS SANTOS:

... cometer 1 ou mais delitos é fenômeno *normal e geral* da adolescência: jovens cometem infrações ou para *mostrar coragem*, ou para *testar a eficácia das normas* ou, mesmo, para *ultrapassar limites*— e negar essa verdade significa ou perda de memória, ou hipocrisia. O comportamento anti-social do adolescente parece ser aspecto necessário do desenvolvimento pessoal, que exige atitude de tolerância da comunidade e ações de proteção do Estado.⁸⁹

Tais comportamentos anti-sociais tendem a desaparecer com o amadurecimento do indivíduo, sendo inerentes ao desenvolvimento do ser humano. Isso porque o adolescente, quando adulto, passará a ter as experiências que não possuía, e que são fundamentais para o seu amadurecimento.

Neste sentido, novamente CIRINO DOS SANTOS se manifesta:

Em oposição à ideologia oficial, a criminologia contemporânea define o comportamento desviante do adolescente como fenômeno social *normal* (com exceção da *grave violência* pessoal, patrimonial e sexual), que desaparece com o amadurecimento: infrações de *bagatela* e de *conflito* do adolescente seriam expressão de comportamento experimental e transitório dentro de um mundo múltiplo e complexo, e não uma epidemia em alastramento, cuja ameaça exigiria estratégias de *cerco e aniquilamento*.⁹⁰

Sendo assim, uma interferência estatal, das proporções da internação, neste processo de desenvolvimento, só pode vir a ser danosa, causando a estigmatização e gerando traumas no indivíduo. Não há qualquer sentido em se punir um adolescente pelo fato deste apresentar um comportamento normal da juventude, rotulando-o pelo resto de sua vida, e ferindo sobremaneira seu direito constitucional a liberdade.

⁸⁹ CIRINO DOS SANTOS, **O adolescente infrator...**

⁹⁰ Id.

As ações anti-sociais características da juventude não constituem, isoladamente e por si sós, raiz da criminalidade futura do adulto, nem passagem para formas mais graves de criminalidade, como homicídios, roubos e estupros, por exemplo: o caráter específico do comportamento desviante da juventude, segundo várias pesquisas, explica sua extinção *espontânea* durante a fase da chamada “Peack-age” e, em regra, não representa sintoma justificante da necessidade de intervenção do Estado para compensar defeitos de educação.⁹¹

Frise-se que não se está a adotar uma postura poética de que nunca deverá haver uma resposta estatal para o comportamento dos adolescentes, pois em alguns casos, inclusive a internação se faz necessária. O que se deve evitar é que práticas “menoristas” continuem a existir, como naqueles casos em que a simples advertência já seria suficiente e que, mesmo assim, o jovem é segregado do convívio social.

Por fim, se faz extremamente necessário o entendimento de que, sendo o comportamento anti-social do adolescente um fenômeno normal desta fase da vida, ainda mais no contexto nacional, as medidas sócio-educativas, nos moldes em que são hoje aplicadas e executadas, em nada contribuem para sua melhora, senão fomentam a criação do estereótipo do menor infrator marginal e a construção do comportamento desviante.

Antes de analisar os fatos, devemos analisar sobre quem estamos falando, sobre suas peculiaridades, necessidades e expectativas, sendo a questão do menor infrator, muito mais um problema de política do que apenas um problema de polícia. “Escondendo” o problema em verdadeiros “depósitos de adolescentes”, este é esquecido temporariamente, não havendo a cobrança enfática para a criação de escolas, unidades de aplicação de medidas sócio-educativas em liberdade, políticas de criação de programas preventivos e principalmente o combate à miséria que assola não apenas o adolescente, mas toda a comunidade que o cerca.

Além disto, seria conveniente manter a população ignorante sobre as verdadeiras causas da problemática da juventude “delinqüente”, fazendo-se acreditar que estaria com esta toda a culpa por infringirem as regras para uma convivência social harmônica. Desta forma, segregando verdadeiras vítimas de sua omissão, o Estado mantém seu poder, controlando a “fachada falsa” da boa administração.

⁹¹ CIRINO DOS SANTOS, **O adolescente infrator...**

Assim, a sociedade apenas “camuflará” seu problema, pois continuarão existindo jovens em situação semelhante e continuarão inexistindo programas aptos a atendê-los. Sem contar o fato de que algum dia, este adolescente que foi afastado certamente retornará, e provavelmente em condições muito piores. Sendo assim, em nada se estará contribuindo para a diminuição da criminalidade, nem a curto, médio ou longo prazo, pois em nada se estará prevenindo a delinquência.

Já o adolescente, sem a menor necessidade, às vezes por cometer um ato anti-social comum a qualquer indivíduo de sua idade, é privado de sua liberdade, retirado do convívio de sua família e de sua comunidade, sendo prejudicado em sua escola e seu emprego. Para piorar ainda mais a situação, passa a conviver com adolescentes extremamente comprometidos com a prática de atos infracionais graves e cuja condição pessoal efetivamente recomenda a adoção da solução extrema. Em vez de proteger e criar condições sócio-educativas contra a prática de atos infracionais, estar-se-á contribuindo para a introspecção da identidade criminosa e, conseqüentemente, para a consolidação de carreiras criminosas, criadas, em última análise, pelo próprio sistema que deveria evitá-las.

Neste sentido posiciona-se SOTTO MAIOR NETO:

Com efeito, a partir da segregação e da inexistência de um projeto de vida, os adolescentes internados acabam ainda mais distantes da possibilidade de um desenvolvimento sadio. Privados de liberdade, convivendo em ambientes de regra promíscuos e aprendendo as normas próprias dos grupos marginais (especialmente no que tange a responder com violência aos conflitos do cotidiano) a probabilidade (quase absoluta) é de que os adolescentes acabem absorvendo a chamada *identidade do infrator*, passando a se reconhecer, sim, como pessoas cuja história de vida, passada e futura, resta indestrutivelmente ligada à delinquência (os *irrecuperáveis*, como dizem deles). Desta forma, quando do desinternamento, certamente estaremos diante de cidadãos com categoria piorada, ainda mais predispostos a condutas violentas e anti-sociais.⁹²

Seguramente, a internação não é a solução para os problemas de nossos jovens, e mesmo, em uma perspectiva mais egoísta, para os da nossa própria sociedade. Não há sentido em afastar do convívio social, por certo período de tempo, um adolescente que provavelmente seria recuperado por uma medida mais branda, para depois este retornar à sua comunidade “reeducado” pela escola do crime.

⁹² SOTTO MAIOR NETO, O. de S. Sim à garantia para a infância e juventude do exercício dos direitos elementares da pessoa humana: não à diminuição da imputabilidade penal. **Revista Igualdade**, Curitiba, n. 25, p. 15-29, out./dez. 1999.

Os únicos beneficiados com esta prática simplista são aqueles governantes que, apresentando esta solução imediatista, estarão iludindo a sociedade que se verá momentaneamente satisfeita. “Estocando” temporariamente seus problemas, tais autoridades não serão cobradas ou responsabilizadas, deixando de criar políticas sócio-educativas e de proteção aos jovens que por lei são obrigados a implantar (art.88, incisos I e III) e, principalmente, deixando de garantir condições mínimas para uma vida digna à população carente, à qual, geralmente, estes adolescentes fazem parte.

Devem ser combatidas as causas e não os efeitos da violência juvenil. Só assim estaremos dando um passo extremamente significativo rumo à construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

4.1.1.1 A “escola do crime”

Ao ingressar na unidade de internação, inicia-se no adolescente um duplo processo de transformação pessoal: “... um processo de *desculturação* progressiva, consistente no desaprendizado dos valores e normas próprios da convivência social; um processo de *aculturação* simultâneo, consistente no aprendizado forçado dos valores e normas próprios da vida na prisão: os valores e normas da violência e da corrupção – ou seja, a prisão só ensina a viver na prisão.”⁹³

Vivendo em um ambiente em regra promíscuo e violento, os internos acabam por aderir à conduta delinqüente, absorvendo a chamada identidade do infrator, mesmo como uma forma de sobrevivência. As instituições possuem códigos de comportamentos, os quais proporcionam uma aprendizagem de novas respostas sociais. Ao introjetar tais comportamentos, reconhecendo-os como realmente seus, passam a se identificar como internos e delinqüentes, assumindo tais posturas perante a realidade. Desta forma, passam a aceitar o “destino que lhes foi reservado”, considerando-se irrecuperáveis, abandonados e acreditando realmente serem maus elementos.

O adolescente internado perde o contato com o mundo externo e com as pessoas que fazem parte dele, pessoas estas não infratoras, passando a conviver

⁹³ CIRINO DOS SANTOS, J. **Política criminal**: realidades e ilusões do discurso penal. Disponível em: <<http://www.cirino.com.br/principal.htm>> Acesso em: 07 set. 2005.

apenas com outros adolescentes que cometeram algum ato infracional. Desta forma, o comportamento delinqüente é a regra dentro das instituições, contribuindo para influenciar todos os jovens ali presentes a desenvolver, cada vez com mais “requite”, tal comportamento.

Isto geralmente vem a desencadear o fenômeno despersonalizante da prisionalização, caracterizado pela aprendizagem das regras e da cultura geral desta nova comunidade pelos novos membros desta. Assim, a introjeção dos valores existentes no cárcere contribui para a perpetuação de uma cultura própria dentro da instituição, onde se forma uma sociedade autônoma, com funções sociais diferenciadas e leis próprias.

Com o intuito de fazer parte desta massa, o adolescente anula-se como indivíduo, havendo a despersonalização do “eu”, adaptando-se a este mundo de frustração ao mesmo tempo que se distancia dos valores e padrões sociais considerados normais.

O último fim que a institucionalização conseguiria alcançar seria a tão desejada reeducação e re-socialização dos adolescentes. Isso porque tais objetivos e o ambiente das unidades de internação são mutuamente excludentes. Neste sentido, manifesta-se GOMIDE:

As questões que angustiam os internos, como para onde ir ao ser desligado, como sobreviver, ou onde estão os pais, infelizmente, na prática, não estão entre as principais preocupações dos responsáveis pelas instituições. Não há de fato comprometimento com as dificuldades e aspirações de cada um, visto que são muitos os menores e poucos aqueles que tem preparo para orientá-los. A atividade dos técnicos está comprometida com laudos, encaminhamentos, reuniões e com a obrigatoriedade de seguir regras que foram elaboradas, quase sempre, por pessoas que têm o mínimo contato com o menor. Como se pode preparar a reintegração à sociedade jovens que não têm direito à criatividade, à individualidade, ao questionamento de regras, à liberdade de escolha e que são forçados ao convívio com outros jovens da mesma origem – abandonados – que possuem as mesmas características físicas, quanto ao modo de vestir, de andar, de cheirar, de falar. Como reeducá-los, se ao ser institucionalizado enfatiza-se ainda mais o seu pertencimento a um grupo social, marginalizado, e não se oferece alternativas viáveis para a sua inserção em um outro grupo, não marginalizado, diferente deste.⁹⁴

Mesmo se possuíssem uma equipe técnica competente e atuante, uma higiene satisfatória e tratamento pedagógico, a medida sócio-educativa de internação não seria apta a atingir a tão desejada re-socialização. Isso porque, o simples fato de estar privado de sua liberdade e convivendo com outros jovens que

⁹⁴ GOMIDE, **Menor infrator...**, p. 26.

cometeram alguma espécie de infração, de regra grave, já cria uma barreira para o adolescente internado reeducar-se e, conseqüentemente, re-socializar-se.

Como afirma CIRINO DOS SANTOS: “na prisão nada funciona.”⁹⁵ A medida extrema de internação é, por excelência, uma medida que segrega os adolescentes da sociedade, impossibilitando a reinserção social, criando um mundo à parte, com suas regras e costumes próprios. O isolamento e o ambiente que compõe este universo paralelo produzem comportamentos agressivos nos adolescentes, decorrentes do nervosismo, da insônia, da consciência de culpa e de sentimentos de impotência. A agressividade surge como um reflexo do que ocorre no interior destes jovens, angustiados e impotentes em face da realidade em que vivem.

Se mesmo em condições ideais, a medida sócio-educativa de internação raramente atinge o fim pedagógico a que se destina, quiçá dentro do contexto nacional. E ainda há quem diga que tal medida pode ser benéfica ao adolescente infrator, pois este deve ser disciplinado. Tal assertiva soa, inclusive, com tom de sarcasmo, ou, nas palavras do Ministro Sepúlveda Pertence um “toque de humor sádico que lhe emprestam as condições reais do internamento do menor infrator no Brasil”.⁹⁶

Pode-se ter uma pequena noção do ambiente de angústia e ódio em que vivem estes jovens, a partir de um pequeno trecho extraído do artigo de CIRINO DOS SANTOS, *O Adolescente e os Direitos Fundamentais*:

Na FEBEM do Tatuapé, conforme relatos, tem mais: adolescentes seriam “espancados” e “trancados nus”; jovens líderes de unidades obrigariam os mais fracos a “fazer faxina, lavar sua roupa e prestar favores sexuais”, ocorrendo, também, “linchamentos” entre os meninos; os monitores seriam “violentos e sacanas”, acordariam os internos com “gritos e murros” e um deles, “lutador de luta com chute na cara” treinaria “chutando” internos; e drogas, como maconha e cocaína, seriam “moeda de suborno”, introduzidas na unidade pelos próprios monitores.⁹⁷

Como conseqüência de todo este desrespeito, descaso, violência, incompetência e superlotação, estão as constantes rebeliões nas unidades de internação, como a ocorrida nos dias 22 e 23 de fevereiro deste ano, na qual oito

⁹⁵ CIRINO DOS SANTOS, **O adolescente infrator...**

⁹⁶ STF – 1ª Turma – RE nº 285.571-5 – Paraná. Rel. Min. Sepúlveda Pertence. J. Em 13/02/2001. In Revista Igualdade Vol. 09 nº 33, pág. 118.

⁹⁷ CIRINO DOS SANTOS, **O adolescente infrator...**

das 18 unidades do complexo da Febem do Tatuapé rebelaram-se, com a participação de 800 internos, dos quais dez acabaram feridos.⁹⁸

Como pode se observar, na verdade, a institucionalização tornou-se uma escola do crime e fonte de ressentimentos. As penas privativas de liberdade, além de não serem em nada sócio-educativas, revelaram-se inúteis como fator de inibição da criminalidade, concorrendo para seu crescimento, como demonstra uma pesquisa realizada pelo jornal Folha de São Paulo, apresentada pelo site <http://www.adolec.br/bvs/adolec/P/news/2001/08/1824/violencia/003.htm>:

Diariamente, um jovem atendido pelo Programa de Liberdade Assistida da Febem, no Estado de São Paulo, comete novo crime e vai para o sistema penitenciário. A quantidade de adolescentes nessa situação aumentou 119%, enquanto a população atendida pelo programa cresceu 70,2%. Os dados constam do último relatório interno da Febem e reforçam a tese, defendida por representantes do Ministério Público e de entidades defensoras dos direitos humanos, de que a instituição funciona como uma espécie de “escola do crime”. Se um adolescente cometer novo crime durante o período de liberdade assistida, volta para uma das unidades fechadas da Febem. Se tiver mais de 18 anos, vai direto para o sistema penal. Cerca de 397 ex-internos viraram presidiários nesse período.⁹⁹

Desta forma, a internação não reduz os atos infracionais, mas gera a estigmatização, prisionalização e reincidência. Anulando-se como indivíduo, perdendo sua identidade e introjetando outra, sendo esta aquela imposta pela instituição, o adolescente, enfraquecido e aterrorizado, adquire o comportamento delinqüente necessário para sobreviver dentro das unidades de internação. O resultado de todo este processo é apresentado, em seu egresso, como modelo de correção, de arrependimento, uma alma dilacerada e uma identidade perdida.

4.1.1.2 Da estigmatização

Neste tópico veremos que, além de ser discriminado por sua condição de adolescente marginal, o jovem, após cumprir medida sócio-educativa de internação e retornar ao convívio social, ainda terá que suportar o estigma de ex-interno que carregará.

⁹⁸ **Violência na febem:** agentes do governo agridem menores internos no Tatuapé. Disponível em: <http://www.pco.org.br/conoticias/juventude_2005/24fev_febem2.htm> Acesso em: 24 jun. 2005.

⁹⁹ **Cresce reincidência de jovens no crime em SP.** Disponível em: <<http://www.adolec.br/bvs/adolec/P/news/2001/08/1824/violencia/003.htm>> Acesso em: 04 ago. 2005.

Desta forma, o adolescente é duplamente prejudicado. Primeiro porque sua condição social foi determinante em sua seleção como delinqüente e conseqüente segregação social. Segundo, porque essa reação da sociedade irá constituir nele um estigma, afastando-o e fazendo com que ele próprio acredite em tal rótulo, contribuindo, assim, para a reincidência.

Segundo tal entendimento, a reação social ou a punição a um primeiro comportamento desviante (desvio primário), o qual, segundo LEMERT, é poligenético e devido a uma variedade de fatores culturais, sociais, psicológicos e sociológicos, irá ocasionar uma estigmatização.¹⁰⁰ Sendo criado este rótulo, ou seja, estigmatizando os jovens que já foram internados, estes passam a ser considerados “contaminados”, gerando um imenso preconceito e dificultando significativamente suas vidas ao voltarem ao convívio social.

Ao ser visto sob o estigma de criminoso, o jovem passa a ser perseguido pelas autoridades policiais e, devido ao preconceito social, deixa de ter acesso às outras pessoas, “imaculadas”, assim como a qualquer meio de possuir uma vida digna, pois todos passam a enxergá-lo como um verdadeiro “bandido”, mesmo que seu maior crime tenha sido a subtração de uma peça de roupa. O fato de roubos e furtos formarem a grande maioria dos atos infracionais praticados por jovens brasileiros revela o estado de miserabilidade em que se encontra nosso País.

Este fenômeno faz nestes adolescentes a “marca” de delinqüentes, catalogando-os como “criminosos juvenis”. Desta forma, tal rotulação faz com que sejam cada vez mais marginalizados, distanciados e diferenciados dos demais. Deste modo, esta atitude da sociedade passa a ser uma continuação da medida que lhe foi aplicada. Assim, estes jovens que já foram desde sempre castigados pela vida, que cursaram a escola do crime imposta a eles, agora serão castigados novamente, através da estigmatização.

A internação, ao invés de ressocializar, amplia o abismo social que afasta os adolescentes que passaram por ela, sendo, inclusive, fator de reincidência, como bem afirma CIRINO DOS SANTOS: “... quanto maior a reação repressiva, maior a probabilidade de reincidência, de modo que sanções aplicadas para reduzir a criminalidade ampliam a reincidência criminal.”¹⁰¹

¹⁰⁰ DIAS; ANDRADE, op. cit., p. 350.

¹⁰¹ CIRINO DOS SANTOS, **O adolescente infrator...**

Potencializando os terríveis efeitos psicológicos que esta rotulação social ocasiona, temos a peculiar condição de pessoa em desenvolvimento do adolescente, o qual possui uma fragilidade e uma instabilidade naturais. Em decorrência de tão intenso preconceito, somado a toda experiência de vida passada, o jovem passa a crer que realmente é irrecuperável, assumindo a personalidade que a maioria da sociedade acredita que ele possui. Segundo PRATES:

A rotulação social negativa gera conseqüências terríveis à pessoa 'marcada'. Ser diferente dos demais, por si só acarreta problemas profundos de ordem psicológica, e ser considerado indesejável pelos outros baixa a auto-estima, estimula o sentimento de revolta e dificulta a ressocialização, dentre outros problemas de séria gravidade. O jovem infrator sofre com esta rotulação, sente a intolerância social, é mal visto, excluído, incompreendido. Não possui sequer maturidade para procurar compreender o que se passa a sua volta. A discriminação que sofre, a indiferença com que é tratado e a desconfiança, com tons de quase certeza, de que jamais se reabilitará, são demonstrações sociais que recebe diariamente, reafirmando sua condição de indesejável.¹⁰²

Extremamente grave é a auto-etiqueta gerada pelo rótulo que lhe foi imposto. Isso porque a rotulação cria na população a expectativa de que o jovem irá agir conforme tal etiqueta. Este fato age de tal forma na estrutura psíquica do adolescente, que faz com que ele passe a perceber a si próprio da mesma maneira como sente que os outros o percebem, ocasionando a auto-rotulação. Esta, por fim, faz com que o jovem passe a se comportar de acordo com as expectativas.

Isto vem a causar uma mudança na identidade social do indivíduo estigmatizado, criando uma tendência a permanecer no papel social que lhe foi relegado, ocasionando, assim, um desvio secundário. Este pode ser entendido como uma resposta, como uma "defesa, ataque, adaptação aos problemas manifestos ou latentes criados pela reação social a desviante primária."¹⁰³

A adaptação psicológica à natureza do rótulo que lhe foi atribuído, além da expectativa de que irá agir de acordo com tal etiqueta depositada pela sociedade sobre ele, contribuem para que o adolescente venha a desenvolver uma carreira criminosa, ocorrendo o chamado *Role-engulfment*. Isso significa que, devido à etiqueta imposta ao adolescente, este passa a reconhecer seu papel de delinqüente, o qual assume "o primado na carreira do desviante, de forma que toda a sua

¹⁰² PRATES, op. cit., p. 42.

¹⁰³ DIAS; ANDRADE, loc. cit., p. 350.

experiência – designadamente a interação e a auto-imagem – tendem a polarizar-se em torno deste papel.”¹⁰⁴

Porém, frise-se que, agora, aquele adolescente que foi internado por furtar uma carteira, desta vez pode realizar um assalto à mão armada, pois, além de não receber o tratamento de que era credor e que seria apto a lhe reabilitar, deve enfrentar, diariamente, o preconceito da maioria dos cidadãos. Para comprovar tal entendimento de que é formado um círculo vicioso, o qual fomenta a manutenção do sistema, CIRINO DOS SANTOS nos aponta, em seu artigo algumas pesquisas sobre o assunto:

... WEST/FARRINGTON demonstram, no chamado “Cambridge-Study”, que a reincidência de adolescentes de igual comportamento criminoso varia conforme a existência ou não de condenação criminal: adolescentes condenados, maior reincidência; adolescentes não condenados, menor reincidência; HAMPARIAM mostra, em estudo de jovens de comportamento violento, que a internação em estabelecimentos oficiais aumenta a velocidade da reincidência criminal; PFEIFFER verificou que a elevação do rigor de sanções judiciais contra adolescentes produziu maior reincidência criminal, na Alemanha; pesquisa de GERKEN/BERLITZ revela que quanto maior a quantidade de antecedentes, maior a sanção penal e, proporcionalmente, maior a reincidência criminal da juventude.¹⁰⁵

Sendo totalmente excluído da sociedade e perdendo qualquer expectativa de possuir uma vida digna dentro desta, o adolescente rotulado passa a rejeitá-la e desprezá-la.¹⁰⁶

Os adolescentes rebelam-se contra a sociedade que o excluiu, e esta, por sua vez, encontra nesta revolta dos jovens, argumentos para perpetuar o preconceito, o qual contribuirá para transtornar ainda mais a juventude excluída, fomentando uma reação em cadeia, a qual não podemos ignorar, pois somada à todo o exposto, contribui para a manutenção da atual conjuntura da situação do adolescente brasileiro.

¹⁰⁴ DIAS; ANDRADE, loc. cit., p. 351.

¹⁰⁵ CIRINO DOS SANTOS, **O adolescente infrator...**

¹⁰⁶ Assim, pode surgir o problema das gangues, pois, buscando alguma fonte de segurança, gratificação e alegria passa a integrar grupos, os famosos bandos ou gangues. Dentro deste grupo que o acolheu, o adolescente orgulha-se de ser marginal em relação à uma sociedade que o rejeitou, e que, agora, ele despreza e ridiculariza. Assim, sente-se protegido e poderoso. Desta forma, as etiquetas podem induzir o “desviado” a formar parte de comunidades e subculturas desviadas que mantêm seus membros em seus papéis desviados, dificultando-lhe uma mudança. (CUNEO, 2001, p. 22-37)

4.2 A RESPOSTA PERTINENTE

O que se tem observado hodiernamente, no que tange à Justiça da Infância e da Juventude, são práticas “menoristas” legitimadas por um discurso garantista, sendo tratados os atos infracionais como processos-crime de segunda categoria.

Mesmo que fosse aplicado ao adolescente infrator o estabelecido pela Doutrina da Proteção Integral, não seria resolvido seu problema. Isso porque, mesmo recebendo todo o apoio pedagógico possível, com a aplicação e execução de medidas em meio aberto e acompanhamento profissional, as condições em que vive continuariam as mesmas.

Ao retornar para casa, continuaria envolvido pelo contexto da absoluta miséria e marginalização. Afinal, como re-inserir socialmente um jovem que nunca fez parte da sociedade?

Como se pretendeu demonstrar ao longo da presente monografia, o problema do adolescente infrator não se resume à prática de atos infracionais, mas sim, aos motivos que o levaram a praticá-los. E tais motivos são muito mais profundos e complexos do que a sociedade imagina. São problemas que se arrastam por gerações a fio e atingem não só eles, mas todos os adultos que o cercam. O problema do menor é reflexo do problema do maior.

Deste modo, para diminuir a delinquência juvenil não se deve agir diretamente nos jovens, mas sim, nos adultos. Por óbvio que não se pode esquecer da importância das medidas sócio educativas neste processo, caso elas fossem corretamente aplicadas e executadas. Porém, estas agem individualmente e apenas após ter sido o ato infracional praticado. Deve-se prevenir que estes ocorram. Há sim, medidas preventivas e protetivas no E.C.A., mas como já foi dito, elas não se aplicam sozinhas.

Além de ser necessária uma atuação do governo para que seja possível sua aplicação, é imprescindível que se resolvam os problemas enfrentados pelos maiores, o que, conseqüentemente, surtirá efeitos positivos nas condições de vida e no comportamento dos menores.

Convivem em um mesmo espaço contingentes populacionais aptos a usufruir de um elevado padrão de vida e dos equipamentos sociais e um outro agrupamento social que permanece à margem, com baixa qualidade de vida e

quase nenhum acesso aos bens modernos de consumo, acentuando um inequívoco contraste.

Estas desigualdades são geradas pela má distribuição de renda, o que faz com que se criem subculturas às margens da sociedade, ou seja, contingentes populacionais excluídos e miseráveis. Segundo GOMIDE: “Deste quadro de disparidades resulta, como consequência direta, o aumento da marginalidade, desagregação familiar e outros problemas sociais. Menores marginalizados, crianças e adolescentes sobrevivendo num espaço urbano de crueldade, discriminação e abandono são um exemplo contundente desta situação.”¹⁰⁷

E continua:

A solução definitiva para este problema depende de uma mudança estrutural da política social brasileira. Uma distribuição de renda mais justa, melhoria das condições de emprego, aumento da oferta de trabalho, salário condizente com o custo de vida, planos de saúde adequados e eficazes, sistema educacional aparelhado para o atendimento a crianças carentes, enfim, um fortalecimento substancial das políticas sociais básicas. A sociedade, em seus vários segmentos, precisa reorientar suas ações para atingir estas metas.¹⁰⁸

Neste sentido também se manifesta CUNEO: “A delinquência juvenil é um problema estrutural, decorrente da marginalização social e da miséria em que vivem milhares de núcleos familiares, os quais findam por transferir a situação de pobreza que os cerca às crianças e jovens, que se vêem, muito cedo, compelidos a lutar pela vida.”¹⁰⁹

Desta forma, não se pode perder de vista que o aumento da violência e da criminalidade entre adolescentes, à luz da Sociologia Jurídica, é reflexo de graves problemas sociais, na medida em que, cada vez mais, são negadas à população, em geral, condições mínimas de viver com dignidade, através da educação, moradia, saúde, emprego, socialização, entre outras. Como reflexo desta desestruturação social, crianças e adolescentes em situação de indigência são levadas às mais variadas estratégias de sobrevivência.

Percebendo que as bases para o comportamento anti-social encontram-se na péssima condição de vida dos adultos, decorrentes das “desigualdades estruturais das relações econômicas e sociais, instituídas pelas formas políticas e

¹⁰⁷ GOMIDE, **Meninos de rua...**

¹⁰⁸ Id.

¹⁰⁹ CUNEO, op. cit.

jurídicas do Estado, que garantem e legitimam uma ordem social injusta”¹¹⁰, conclui-se pela necessidade urgente de uma reforma estrutural, a fim de ser plenamente cumprido o estabelecido pelo art. 227 da Constituição Federal brasileira.

¹¹⁰ CUNEO, loc. cit.

5 CONCLUSÃO

Por se tratar de pessoa ainda em fase de desenvolvimento físico, psicológico e moral, foi conferida ao adolescente a prioridade absoluta de tratamento, reconhecendo-o como efetivo sujeito de direitos e deveres.

Porém, tais pressupostos são explicitamente desobedecidos, tendo como semente a falta de noção de que estamos a tratar de seres humanos diferentes dos adultos, possuindo características especiais e como tais, merecendo um tratamento diferenciado. Ignorando as peculiaridades da adolescência, e o estado de miserabilidade em que grande parcela destes cidadãos vive, deixa-se de atribuir à Justiça da Infância e da Juventude a seriedade que merece, iniciando-se por perceber que se trata de um ramo do direito que não faz parte do Direito Penal, não podendo ser com este equiparado, justamente por seus credores serem distintos.

Como requisito preliminar para toda esta mudança, urgentemente a sociedade deve desfazer-se de seus preconceitos, estereótipos e estigmas. Assim, perceberá no adolescente marginal um adulto digno em potencial, e não um criminoso em estado de latência, oferecendo-lhe todas as oportunidades para que possa se recuperar e prosperar, não se limitando a puni-lo.

Diferente disto, pode-se notar que em muitas situações o adolescente é segregado do convívio social única e simplesmente pela situação em que vive e pelo rótulo que apresenta, em total descompasso com o ordenamento jurídico vigente. Após ser castigado pela vida, ainda é castigado por ter tentado sobreviver dentro das condições que lhe foram oferecidas, sendo, muitas vezes, o comportamento anti-social um pedido de socorro camuflado por um sentimento de revolta.

A sociedade não pode fechar os olhos e esconder o problema em instituições superlotadas que em nada contribuirão para a re-socialização do adolescente. Para mudar essa situação, deve-se mudar de pensamento e de crenças, para então se passar a mudar de atitudes. Atitudes estas que devem lutar por uma mudança estrutural da realidade brasileira.

Isso porque, antes de tudo, o problema do menor é o problema do maior. Uma família mal estruturada gera filhos mal estruturados. Pais sem emprego geram filhos carentes. Pais que vivem na miséria não propiciam oportunidades de vida digna a seus filhos. Baixos salários impossibilitam uma nutrição saudável, e, por consequência, uma capacidade de aprendizagem satisfatória.

Antes de ser um problema de polícia, o abandono dos adolescentes brasileiros é um problema de política. Quem tem poder não quer perdê-lo, e uma forma de perpetuá-lo é mantendo tudo como está. Muito mais simples é segregar os jovens por um certo tempo em unidades de recuperação, escondendo o problema de todo o restante da sociedade e poupando trabalho.

Consertar a problemática do adolescente infrator requer um trabalho penoso e a longo prazo. Tentar frear a delinquência juvenil, no ponto em que hoje se encontra, usando para isto apenas as leis e os princípios criados pela Justiça da Infância e da Adolescência, é como pretender conter as Cataratas do Iguaçu com as mãos. É necessária uma intensa conscientização e mobilização social.

Para se cobrar do Poder Público o pleno cumprimento da Lei nº 8.069/90, com a prioridade absoluta preconizada pela Constituição Federal, dando-se uma resposta realmente eficaz e duradoura para a questão do adolescente em conflito com a lei, é preciso, primeiramente, ter noção de sobre quem estamos falando. Deve-se tomar consciência de que a culpa por todo o exposto não é do adolescente que vive em meio a um turbilhão hormonal e de uma omissão estatal, mas sim, de quem deveria estar lhe assegurando, não apenas um futuro, mas uma vida presente digna. Segundo DIGIÁCOMO:

Do contrário, ficaremos para todo o sempre "administrando o prejuízo" resultante de nossa própria omissão, com o cômodo, porém indevido, ilegal e injusto encaminhamento a unidades de internação cada vez mais superlotadas, de adolescentes que tinham o direito de receber medidas de proteção e sócio-educativas em meio aberto, fazendo dos únicos beneficiados com tamanha falta de visão e sensibilidade os "governantes de plantão", que contrariando de forma até mesmo acintosa o Estatuto da Criança e do Adolescente e Constituição Federal, têm tradicional e impunemente relegado a área da infância e juventude a segundo, terceiro ou quarto planos, acarretando assim prejuízos incomensuráveis à sociedade e às gerações futuras.¹¹¹

Por fim, a recompensa por oferecer oportunidades de uma vida digna aos adultos carentes será os jovens saírem das margens da sociedade, tornando-se esta mais igualitária e solidária para todos nós, formada por efetivos cidadãos, possuidores de gozadores de direitos fundamentais garantidos constitucionalmente.

¹¹¹ DIGIÁCOMO, **Breves considerações...**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAJIJ (Assessoria de Apoio aos Juizados da Infância e da Juventude). **Coletânea de leis da área da criança e do adolescente**. Curitiba: Juruá, 2001.

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ALBERGARIA, Jason. **Direito do menor**. 1. ed. Rio de Janeiro: Aide, 1995.

ALTOÉ, Sônia. **Infâncias perdidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Xenon, 1990.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 16 jul. 1990.

BÜRKLE, Rudi Rigo. **Uma visão criminológica do adolescente infrator**. Disponível em: http://folio.mp.pr.gov.br/cgi-bin/om_isapi.dll?clientID=144552&hitsperheading=on&infobase=ca_doutrina.nfo&record={19AA}&softpage=Doc_Frame_Pg42> Acesso em: 4 mar. 2005.

CARRANZA, Elias. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**. São Paulo: Malheiros, 2001.

CARVALHO, Maria Avelina de. **To vivo: histórias de meninos de rua**. 2. ed. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

CHAVES. Antônio. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1994.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **O adolescente infrator e os direitos humanos**. Disponível em: <http://www.cirino.com.br/principal.htm>> Acesso em: 03 mar. 2005.

_____. **Política criminal: realidades e ilusões do discurso penal**. Disponível em: <http://www.cirino.com.br/principal.htm>> Acesso em: 07 set. 2005.

COMO as empresas podem apoiar e participar do combate à fome. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/download/empresas.pdf>> Acesso em: 06 set. 2005.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 3., 1999, Brasília.
_____, 4., 2001, Brasília.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **É possível mudar:** a criança, o adolescente e a família na política social do município. São Paulo: Malheiros, 1993.

CRESCER reincidência de jovens no crime em SP. Disponível em: <<http://www.adolesc.br/bvs/adolesc/P/news/2001/08/1824/violencia/003.htm>> Acesso em: 04 ago. 2005.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **O direito à diferença:** as ações afirmativas como mecanismo de inclusão social de mulheres, negros, homossexuais e pessoas portadoras de deficiências. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

CUNEO, Mônica Rodrigues. Inimputabilidade não é impunidade: derrube este mito: diga não à redução da idade penal. **Revista Igualdade**, Curitiba, v.9, n. 31, p. 22-37, abr./jun. 2001.

CURY, Munir; MENDEZ, Emílio Garcia; SILVA, Antônio Fernando do Amaral (coords). **Estatuto da criança e do adolescente comentado:** comentários jurídicos e sociais. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

DEMO, Pedro. **Cidadania menor:** algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política. Petrópolis: Vozes, 1992.

DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. **Criminologia:** o homem delinqüente e a sociedade criminógena. Coimbra: Coimbra Editora, 1984.

DIGIÁCOMO, Murillo José. **Aplicação de medidas sócio-educativas à luz dos princípios estabelecidos pela Lei nº 8.069/90:** necessidade da mobilização da sociedade e cobrança do poder público no sentido da criação de alternativas à internação. Disponível em: <http://folio.mp.pr.gov.br/cgi-bin/om_isapi.dll?clientID=146166&hitsperheading=on&infobase=ca_doutrina.nfo&record={1931}&softpage=Doc_Frame_Pg42> Acesso em: 04 mar. 2005.

_____. **Breves considerações sobre a proposta de lei de diretrizes sócio-educativas.** Disponível em: <http://folio.mp.pr.gov.br/cgi-bin/om_isapi.dll?clientID=202754&hitsperheading=on&infobase=ca_doutrina.nfo&record={18FA}&softpage=Doc_Frame_Pg42> Acesso em: 19 jun. 2005.

_____. **Internação não é solução.** Disponível em: <http://folio.mp.pr.gov.br/cgi-bin/om_isapi.dll?clientID=145704&hitsperheading=on&infobase=ca_doutrina.nfo&record={191B}&softpage=Doc_Frame_Pg42> Acesso em: 04 mar. 2005.

_____. Internação provisória não é prisão. **Revista Igualdade**, Curitiba, v.10, n. 34, p. 22-23, jan./mar. 2002

_____. **Redução da idade penal:** solução ou ilusão? Disponível em: <http://folio.mp.pr.gov.br/cgi-bin/om_isapi.dll?clientID=146166&hitsperheading=on&infobase=ca_doutrina.nfo&record={195D}&softpage=Doc_Frame_Pg42> Acesso em: 05 mqr. 2005.

DIMENSTEIN, Gilberto. **A guerra dos meninos.** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

DOURADO, Luiz Ângelo. **Ensaio de psicologia criminal:** o teste da árvore e a criminalidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

EDMUNDO, Lygia Pereira. **Instituição:** escola da marginalidade? São Paulo: Cortez, 1987.

FIRMO, Maria de Fátima Carrada. **A criança e o adolescente no ordenamento jurídico brasileiro.** Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

GOMES NETO, Gercino Gerson. O adolescente autor de ato infracional frente aos princípios garantistas do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Revista Igualdade**, Curitiba, n. 20, p. 1-10, jul./set. 1998.

GOMIDE, Paula Inez Cunha. Meninos de rua da cidade de Curitiba. **Revista Igualdade**, Curitiba, n. 7, p. 03-16, abr./jun. 1995.

_____. **Menor infrator:** a caminho de um novo tempo. Curitiba: Juruá, 1990.

GOVERNO transfere jovens após rebelião que deixou sete mortos no PR. **Folha On line**, 24 set. 2.004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u99926.shtml>> Acesso em: 17 jul. 2005.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia social de rua**: análise e sistematização de uma experiência vivida. São Paulo: Cortez, 1997.

GRAZIANO, Sérgio. A construção social do comportamento criminoso do menor infrator. **Revista Igualdade**, Curitiba, v.11, n. 38, p. 32-38, jan./mar. 2003.

JUNQUEIRA, Lia. **Abandonados**. São Paulo: Ícone, 1986.

LEAL, César Barros. **A delinqüência juvenil**: seus fatores exógenos e prevenção. Rio de Janeiro: Aide, 1983.

LEÃO, Sonia Carneiro. **Infância, latência e adolescência**: temas de psicanálise. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

LIBERATI, Wilson Donizete. **O Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**. 6. ed. Brasília: ABMP, 1991.

MAPA da violência III. Disponível em: <<http://www.sociologiadajuventude.hpg.ig.com.br/mapadaviolenciaiii.htm>> Acesso em: 05 set. 2005.

MEDEIROS, Ligia de. **A criança da favela e sua visão do mundo**: uma contribuição para o repensar da escola. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

MONTAGU, Ashley. **A natureza da agressividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOUSNIER, Conceição. **O ato infracional a luz da Constituição Federal, do estatuto da Criança e do Adolescente e das Regras Mínimas de Beijing**. Rio de Janeiro: Líber Júris, 1991.

PASSETI, Edson *et al.* **O mundo do menor infrator**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1987.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. **Menores, direito e justiça**: apontamentos para um novo direito das crianças e adolescentes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

PINOTI, Antonio Jurandir. Medidas sócio-educativas e garantias constitucionais. **Revista Igualdade**, Curitiba, v. 7, n. 23, p. 01-07, abr./jun. 1999.

PRATES, Flávio Cruz. **Adolescente infrator**: a prestação de serviços à comunidade. Curitiba: Juruá, 2001.

SARAIVA, João Batista Costa. **Direito penal juvenil**: adolescente e ato infracional: garantias processuais e medidas socioeducativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SCHNEIDER, Leda. **Marginalidade e delinquência juvenil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

SÊDA, Edson. **Construir o passado**: ou como mudar hábitos, usos e costumes, tendo como instrumento o Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Malheiros, 1993.

_____. **O novo direito da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro: Bloch, 1991.

SILVA, José Afonso da. Direitos humanos da criança. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, São Bernardo do Campo, v. 4, p. 197-208, 1998.

SILVA, Maria Dulce. **Infância (des)assistida e política de proteção especial**. Teresina: EDUFPI, 1997.

SILVA, Moacyr Motta da; VERONESE, Josiane Rose Petry. **A tutela jurisdicional dos direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1998.

SIQUEIRA, Liborne. **Sociologia do direito do menor**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1979.

SOARES, Luiz Eduardo. **O Debate Brasileiro sobre Meninos e Prisões**. Disponível em: <http://www.luizeduardosoares.com.br/debates2.php?cod_tema=35> Acesso em: 15 ago. 2005.

SOTTO MAIOR NETO, Olympio de Sá. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. São Paulo: Malheiros, 1992.

_____. Internação. **Revista Igualdade**, Curitiba, n. 13, p. 14-15, out./dez. 1996.

_____. Sim à garantia para a infância e juventude do exercício dos direitos elementares da pessoa humana: não à diminuição da imputabilidade penal. **Revista Igualdade**, Curitiba, v. 7, n. 25, p. 15-29, out./dez. 1999.

SOUSA, Elaine de. Por dentro dos muros da Febem. **Jornal da USP**, 28 jun./04 jul. 2004. Disponível em: <<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2004/jusp692/pag0607.htm>> Acesso em: 13 jul. 2005.

SOUZA, Sergio Muniz de. **Delinquência juvenil**. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1959.

UNICEF. **Situação da infância e adolescência brasileiras**. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br>> Acesso em: 06 set. 2005.

VIOLÊNCIA na febem: agentes do governo agredem menores internos no Tatuapé. Disponível em: <http://www.pco.org.br/conoticias/juventude_2005/24fev_febem2.htm> Acesso em: 24 jun. 2005.

VOLPI, Mário (org.) **Adolescentes privados de liberdade**: a normativa nacional e internacional & reflexos acerca da responsabilidade penal. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **O adolescente infrator e o ato infracional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Em busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZULINO, Paulo R. **Sem teto e polícia entram em confronto no centro de SP**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/cidades/noticias/2005/ago/16/20.htm>> Acesso em: 01 set. 2005.

ANEXO 1 - CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DAS CRIANÇAS

Convenção sobre os Direitos da Criança

Adotada pela Resolução n.º L. 44 (XLIV) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990.

Preâmbulo

Os Estados-partes na presente Convenção

Considerando que, em conformidade com os princípios proclamados na Carta das Nações Unidas, o reconhecimento da dignidade inerente e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Tendo presente que os povos das Nações Unidas reafirmaram na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais e na dignidade e no valor da pessoa humana e resolveram promover o progresso social e a elevação do padrão de vida em maior liberdade;

Reconhecendo que as Nações Unidas proclamaram e acordaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos Pactos Internacionais de Direitos Humanos que toda pessoa humana possui todos os direitos e liberdades nele enunciados, sem distinção de qualquer tipo, tais como raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, de origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou outra condição;

Recordando que na Declaração Universal dos Direitos Humanos as Nações Unidas proclamaram que a infância tem direito a cuidados e assistência especiais;

Convencidos de que a família, unidade fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros e, em particular das crianças, deve receber a proteção e assistência necessárias para que possa assumir plenamente suas responsabilidades na comunidade;

Reconhecendo que a criança, para o desenvolvimento pleno e harmonioso de sua personalidade, deve crescer em um ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão;

Considerando que cabe preparar plenamente a criança para viver uma vida individual na sociedade e ser educada no espírito dos ideais proclamados na Carta das Nações Unidas e, em particular, em um espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade;

Tendo em mente que a necessidade de proporcionar proteção especial à criança foi afirmada na Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança de 1924 e na Declaração sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembléia Geral em 20 de novembro de 1959, e reconhecida na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (particularmente nos artigos 23 e 24), no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (particularmente no artigo 10) e nos estatutos e instrumentos relevantes das agências especializadas e organizações internacionais que se dedicam ao bem estar da criança;

Tendo em mente que, como indicado na Declaração sobre os Direitos da Criança, a criança, em razão de sua falta de maturidade física e mental, necessita proteção e cuidados especiais, incluindo proteção jurídica apropriada antes e depois do nascimento;

Relembrando as disposições da Declaração sobre os Princípios Sociais e Jurídicos Relativos à Proteção e ao Bem-Estar da Criança, com especial referência à adoção e à colocação em lares de adoção em âmbito nacional e internacional (Resolução da Assembléia Geral n.º 41/85, de 3 de Dezembro de 1986), as Regras – Padrão Mínimas para a Administração da Justiça Juvenil das Nações Unidas ("As Regras de Pequim") e a Declaração sobre a Proteção da Mulher e da Criança em Situações de Emergência e de Conflito Armado;

Reconhecendo que em todos os países do mundo há crianças que vivem em condições excepcionalmente difíceis, que tais crianças necessitam considerações especial;

Levando em devida conta a importância das tradições e dos valores culturais de cada povo para a proteção e o desenvolvimento harmonioso da criança;

Reconhecendo a importância da cooperação internacional para a melhoria das condições de vida das crianças em todos os países, em particular nos países em desenvolvimento;

Acordam o seguinte:

PARTE I

Artigo 1

Para os efeitos da presente Convenção, entende-se por criança todo ser humano menor de 18 anos de idade, salvo se, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes.

Artigo 2

1. Os Estados – partes respeitarão os direitos previstos nesta Convenção e os assegurarão a toda criança sujeita à sua jurisdição, sem discriminação de qualquer tipo, independentemente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, posição econômica, impedimentos físicos, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais.

2. Os Estados – partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar que a criança seja protegida contra todas as formas de discriminação ou punição baseadas na condição, nas atividades, opiniões ou crenças, de seus pais, representantes legais ou familiares.

Artigo 3

1. Em todas as medidas relativas às crianças, tomadas por instituições de bem estar social públicas ou privadas, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão consideração primordial os interesses superiores da criança.

2. Os Estados-partes se comprometem a assegurar à criança a proteção e os cuidados necessários ao seu bem-estar, tendo em conta os direitos e deveres dos pais, dos tutores ou de outras pessoas legalmente responsáveis por ela e, para este propósito, tomarão todas as medidas legislativas e administrativas apropriadas.

3. Os Estados - partes assegurarão que as instituições, serviços e instalações responsáveis pelos cuidados ou proteção das crianças conformar-se-ão com os padrões estabelecidos pelas autoridades competentes, particularmente no tocante à segurança e à saúde das crianças, ao número e à competência de seu pessoal, e à existência de supervisão adequadas.

Artigo 4

Os Estados–partes tomarão todas as medidas apropriadas, administrativas, legislativas e outras, para a implementação dos direitos reconhecidos nesta Convenção. Com relação aos direitos econômicos, sociais e culturais, os Estados–partes tomarão tais medidas no alcance máximo de seus recursos disponíveis e, quando necessário, no âmbito da cooperação internacional.

Artigo 5

Os Estados-partes respeitarão as responsabilidades, os direitos e os deveres dos pais ou, conforme o caso, dos familiares ou da comunidade, conforme os costumes locais, dos tutores ou de outras pessoas legalmente responsáveis pela criança, de orientar e instruir apropriadamente a criança de modo consistente com a evolução de sua capacidade, no exercício dos direitos reconhecidos na presente Convenção.

Artigo 6

1. Os Estados-partes reconhecem que toda criança tem o direito inerente à vida.
2. Os Estados-partes assegurarão ao máximo a sobrevivência e o desenvolvimento da criança.

Artigo 7

1. A criança será registrada imediatamente após o seu nascimento e terá, desde o seu nascimento, direito a um nome, a uma nacionalidade e, na medida do possível, direito de conhecer seus pais e ser cuidada por eles.
2. Os Estados-partes assegurarão a implementação desses direitos, de acordo com suas leis nacionais e suas obrigações sob os instrumentos internacionais pertinentes, em particular se a criança se tornar apátrida.

Artigo 8

1. Os Estados-partes se comprometem a respeitar o direito da criança, de preservar sua identidade, inclusive a nacionalidade, o nome e as relações familiares, de acordo com a lei, sem interferências ilícitas.
2. No caso de uma criança se vir ilegalmente privada de algum ou de todos os elementos constitutivos de sua identidade, os Estados-partes fornecer-lhe-ão

assistência e proteção apropriadas, de modo que sua identidade seja prontamente restabelecida.

Artigo 9

1. Os Estados-partes deverão zelar para que a criança não seja separada dos pais contra a vontade dos mesmos, exceto quando, sujeita à revisão judicial, as autoridades competentes determinarem, em conformidade com a lei e os procedimentos legais cabíveis, que tal separação é necessária ao interesse maior da criança. Tal determinação pode ser necessária em casos específicos, por exemplo, nos casos em que a criança sofre maus - tratos ou descuido por parte de seus pais ou quando estes vivem separados e uma decisão deve ser tomada a respeito do local da residência da criança.

2. Caso seja adotado qualquer procedimento em conformidade com o estipulado no parágrafo 1º do presente artigo, todas as partes interessadas terão a oportunidade de participar e de manifestar suas opiniões.

3. Os Estados-partes respeitarão o direito da criança que esteja separada de um ou de ambos os pais de manter regularmente relações pessoais e contato direto com ambos, a menos que isso seja contrário ao interesse maior da criança.

4. Quando essa separação ocorrer em virtude de uma medida adotada por um Estado–parte, tal como detenção, prisão, exílio, deportação ou morte (inclusive falecimento decorrente de qualquer causa enquanto a pessoa estiver sob a custódia do Estado) de um dos pais da criança, ou de ambos, ou da própria criança, o Estado - parte, quando solicitado, proporcionará aos pais, à criança ou, se for o caso, a outro familiar, informações básicas a respeito do paradeiro do familiar ou familiares ausentes, a não ser que tal procedimento seja prejudicial ao bem estar da criança. Os Estados – partes se certificarão, além disso, de que a apresentação de tal petição não acarrete, por si só, consequências adversas para a pessoa ou pessoas interessadas.

Artigo 10

1. Em conformidade com a obrigação dos Estados–partes sob o artigo 9º, parágrafo 1º, os pedidos de uma criança ou de seus pais para entrar ou sair de um Estado–parte, no propósito de reunificação familiar, serão considerados pelos Estados–partes de modo positivo, humanitário e rápido. Os Estados-partes assegurarão

además que a apresentação de tal pedido não acarrete quaisquer conseqüências adversas para os solicitantes ou para seus familiares.

2. A criança cujos pais residam em diferentes Estados-partes terá o direito de manter regularmente, salvo em circunstâncias excepcionais, relações pessoais e contatos diretos com ambos os pais. Para este fim e de acordo com a obrigação dos Estados-partes sob o artigo 9º, parágrafo 2º, os Estados-partes respeitarão o direito da criança e de seus pais de deixarem qualquer país, incluindo o próprio, e de ingressar no seu próprio país. O direito de sair de qualquer país só poderá ser objeto de restrições previstas em lei e que forem necessárias para proteger a segurança nacional, a ordem pública (*ordre public*), a saúde ou moral públicas ou os direitos e liberdades de outrem, e forem consistentes com os demais direitos reconhecidos na presente Convenção.

Artigo 11

1. Os Estados-partes tomarão medidas para combater a transferência ilícita de crianças para o exterior e a retenção ilícita das mesmas no exterior.
2. Para esse fim, os Estados-partes promoverão a conclusão de acordos bilaterais ou multilaterais ou a adesão a acordos já existentes.

Artigo 12

1. Os Estados-partes assegurarão à criança, que for capaz de formar seus próprios pontos de vista, o direito de exprimir suas opiniões livremente sobre todas as matérias atinentes à criança, levando-se devidamente em conta essas opiniões em função da idade e maturidade da criança.
2. Para esse fim, à criança será, em particular, dada a oportunidade de ser ouvida em qualquer procedimento judicial ou administrativo que lhe diga respeito, diretamente ou através de um representante ou órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais do direito nacional.

Artigo 13

1. A criança terá o direito à liberdade de expressão; este direito incluirá a liberdade de buscar, receber e transmitir informações e idéias de todos os tipos, independentemente de fronteiras, de forma oral, escrita ou impressa, por meio das artes ou por qualquer outro meio da escolha da criança.

2. O exercício desse direito poderá sujeitar-se a certas restrições, que serão somente as previstas em lei e consideradas necessárias:

- ao respeito dos direitos e da reputação de outrem;
- à proteção da segurança nacional ou da ordem pública (*ordre public*), ou da saúde e moral públicas

Artigo 14

1. Os Estados-partes respeitarão o direito da criança à liberdade de pensamento, de consciência e de crença.

2. Os Estados-partes respeitarão os direitos e deveres dos pais e, quando for o caso, dos representantes legais, de orientar a criança no exercício do seu direito de modo consistente com a evolução de sua capacidade.

3. A liberdade de professar sua religião ou crenças sujeitar-se-á somente às limitações prescritas em lei e que forem necessárias para proteger a segurança, a ordem, a moral, a saúde públicas, ou os direitos e liberdades fundamentais de outrem.

Artigo 15

1. Os Estados-partes reconhecem os direitos da criança à liberdade de associação e à liberdade de reunião pacífica.

2. Nenhuma restrição poderá ser imposta ao exercício desses direitos, a não ser as que, em conformidade com a lei, forem necessárias em uma sociedade democrática, nos interesses da segurança nacional ou pública, ordem pública (*ordre public*), da proteção da saúde ou moral públicas, ou da proteção dos direitos e liberdades de outrem.

Artigo 16

1. Nenhuma criança será sujeita a interferência arbitrária ou ilícita em sua privacidade, família, lar ou correspondência, nem a atentados ilícitos à sua honra e reputação.

2. A criança tem direito à proteção da lei contra essas interferências ou atentados.

Artigo 17

Os Estados-partes reconhecem a importante função exercida pelos meios de comunicação de massa e assegurarão que a criança tenha acesso às informações e dados de diversas fontes nacionais e internacionais, especialmente os voltados à promoção de seu bem-estar social, espiritual e moral e saúde física e mental. Para este fim., os Estados-partes :

- encorajarão os meios de comunicação a difundir informações e dados de benefício social e cultural à criança e em conformidade com o espírito do artigo 29;
- promoverão a cooperação internacional na produção, intercâmbio e na difusão de tais informações e dados de diversas fontes culturais, nacionais e internacionais;
- encorajarão a produção e difusão de livros para criança;
- incentivarão os órgãos de comunicação a ter particularmente em conta as necessidades lingüísticas da criança que pertencer a uma minoria ou que for indígena;
- promoverão o desenvolvimento de diretrizes apropriadas à proteção da criança contra informações e dados prejudiciais ao seu bem-estar, levando em conta as disposições dos artigos 13 e 18.

Artigo 18

1. Os Estados-partes envidarão os maiores esforços para assegurar o reconhecimento do princípio de que ambos os pais têm responsabilidades comuns na educação e desenvolvimento da criança. Os pais e, quando for o caso, os representantes legais têm a responsabilidade primordial pela educação e pelo desenvolvimento da criança. Os interesses superiores da criança constituirão sua preocupação básica.

2. Para o propósito de garantir e promover os direitos estabelecidos nesta Convenção, os Estados-partes prestarão assistência apropriada aos pais e aos representantes legais no exercício das suas funções de educar a criança e assegurarão o desenvolvimento de instituições e serviços para o cuidado das crianças.

3. Os Estados-partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar que as crianças, cujos pais trabalhem, tenham o direito de beneficiar-se de serviços de assistência social e creches a que fazem jus.

Artigo 19

1. Os Estados-partes tomarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus – tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto estiver sob a guarda dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.

2. Essas medidas de proteção deverão incluir, quando apropriado, procedimentos eficazes para o estabelecimento de programas sociais que proporcionem uma assistência adequada à criança e às pessoas encarregadas de seu cuidado, assim como outras formas de prevenção e identificação, notificação, transferência a uma instituição, investigação, tratamento e acompanhamento posterior de caso de maus – tratos a crianças acima mencionadas e, quando apropriado, intervenção judiciária.

Artigo 20

Toda criança, temporária ou permanentemente privada de seu ambiente familiar, ou cujos interesses exijam que não permaneça nesse meio, terá direito à proteção e assistência especiais do Estado.

2. Os Estados-partes assegurarão, de acordo com suas leis nacionais, cuidados alternativos para essas crianças.

3. Esses cuidados poderão incluir, *inter alia*, a colocação em lares de adoção, a *Kafalah* do direito islâmico, a adoção ou, se necessário, a colocação em instituições adequadas de proteção para as crianças. Ao se considerar soluções, prestar-se-á a devida atenção à conveniência de continuidade de educação da criança, bem como à origem étnica, religiosa, cultural e lingüística da criança.

Artigo 21

Os Estados-partes que reconhecem ou permitem o sistema de adoção atentarão para o fato de que a consideração primordial seja o interesse maior da criança. Dessa forma, atentarão para que :

a adoção da criança seja autorizada apenas pelas autoridades competentes, as quais determinarão, consoante as leis e os procedimentos cabíveis e com base em todas as informações pertinentes e fidedignas, que a adoção é admissível em vista da situação jurídica da criança com relação a seus pais, parentes e representantes legais e que, caso solicitado, as pessoas interessadas tenham dado, com conhecimento de causa, seu consentimento à adoção, com base no assessoramento que possa ser necessário;

- a adoção efetuada em outro país possa ser considerada como outro meio de cuidar da criança, no caso em que a mesma não possa ser colocada em lar de adoção ou entregue a uma família adotiva ou não logre atendimento adequado em seu país de origem;

a criança adotada em outro país goze de salvaguardas e normas equivalentes às existentes em seu país de origem com relação a adoção;

todas as medidas apropriadas sejam adotadas, a fim de garantir que, em caso de adoção em outro país, a colocação não permita benefícios financeiros aos que dela participem;

quando necessário, promovam os objetivos do presente artigo mediante ajustes ou acordos bilaterais ou multilaterais, e envidem esforços, nesse contexto, com vistas a assegurar que a colocação da criança em outro país seja levada a cabo por intermédio das autoridades ou organismos competentes.

Artigo 22

1. Os Estados-partes adotarão medidas pertinentes para assegurar que a criança que tente obter a condição de refugiada, ou que seja considerada como refugiada de acordo com o direito e os procedimentos internacionais ou internos aplicáveis, receba, tanto no caso de estar sozinha como acompanhada por seus pais ou por qualquer outra pessoa, a proteção e a assistência humanitária adequadas a fim de que possa usufruir dos direitos enunciados na presente Convenção e em outros instrumentos internacionais de direitos humanos ou de caráter humanitário nos quais os citados Estados sejam partes.

2. Para tanto, os Estados-partes cooperarão, da maneira como julgarem apropriada, com todos os esforços das Nações Unidas e demais organizações intergovernamentais competentes, ou organizações não - governamentais que cooperem com as Nações Unidas, no sentido de proteger e ajudar a criança refugiada, e de localizar seus pais ou membros da família, a fim de obter informações necessárias que permitam sua reunião com a família. Quando não for possível localizar nenhum dos pais ou membros da família, será concedida à criança a mesma proteção outorgada a qualquer outra criança privada permanentemente ou temporariamente de seu ambiente familiar, seja qual for o motivo, conforme o estabelecido na presente Convenção.

Artigo 23

1. Os Estados-partes reconhecem que a criança portadora de deficiências físicas ou mentais deverá desfrutar de uma vida plena e decente em condições que garantam sua dignidade, favoreçam sua autonomia e facilitem sua participação ativa na comunidade.

2. Os Estados-partes reconhecem o direito da criança deficiente de receber cuidados especiais e, de acordo com os recursos disponíveis e sempre que a criança ou seus responsáveis reúnem as condições requeridas, estimularão e assegurarão a prestação de assistência solicitada, que seja adequada ao estado da criança e às circunstâncias de seus pais ou das pessoas encarregadas de seus cuidados.

3. Atendendo às necessidades especiais da criança deficiente, a assistência prestada, conforme disposto no parágrafo 2.º do presente artigo, será gratuita sempre que possível, levando-se em consideração a situação econômica dos pais ou das pessoas que cuidem da criança, e visará a assegurar à criança deficiente o acesso à educação, à capacitação, aos serviços de saúde, aos serviços de reabilitação, à preparação para emprego e às oportunidades de lazer, de maneira que a criança atinja a mais completa integração social possível e o maior desenvolvimento cultural e espiritual.

4. Os Estados-partes promoverão, com espírito de cooperação internacional, um intercâmbio adequado de informações nos campos da assistência médica preventiva e do tratamento médico, psicológico e funcional das crianças deficientes, inclusive a divulgação de informação a respeito dos métodos de reabilitação e dos serviços de

ensino e formação profissional, bem como o acesso a essa informação, a fim de que os Estados-partes possam aprimorar sua capacidade e seus conhecimentos e ampliar sua experiência nesses campos. Nesse sentido, serão levadas especialmente em conta as necessidades dos países em desenvolvimento.

Artigo 24

1. Os Estados-partes reconhecem o direito da criança de gozar do melhor padrão possível de saúde e dos serviços destinados ao tratamento das doenças e à recuperação da saúde. Os Estados-partes envidarão esforços no sentido de assegurar que nenhuma criança se veja privada de seu direito de usufruir desses serviços sanitários.

2. Os Estados-partes garantirão a plena aplicação desse direito e, em especial, adotarão as medidas apropriadas com vista a:

reduzir a mortalidade infantil;

assegurar a prestação de assistência médica e cuidados sanitários necessários a todas as crianças, dando ênfase aos cuidados básicos de saúde;

combater as doenças e a desnutrição, dentro do contexto dos cuidados básicos de saúde mediante, *inter alia*, a aplicação de tecnologia disponível e o fornecimento de alimentos nutritivos e de água potável, tendo em vista os perigos e riscos da poluição ambiental;

- assegurar às mães adequada assistência pré-natal e pós-natal;
- assegurar que todos os setores da sociedade e em especial os pais e as crianças, conheçam os princípios básicos de saúde e nutrição das crianças, as vantagens da amamentação, da higiene e do saneamento ambiental e das medidas de prevenção de acidentes, e tenham acesso à educação pertinente e recebam apoio para aplicação desses conhecimentos;
- desenvolver a assistência médica preventiva, a orientação aos pais e a educação e serviços de planejamento familiar.

3. Os Estados-partes adotarão todas as medidas eficazes e adequadas para abolir práticas tradicionais que sejam prejudiciais à saúde da criança.

4. Os Estados-partes se comprometem a promover e incentivar a cooperação internacional com vistas a lograr progressivamente, a plena efetivação do direito reconhecido no presente artigo. Nesse sentido, será dada atenção especial às necessidades dos países em desenvolvimento.

Artigo 25

Os Estados-partes reconhecem o direito de uma criança que tenha sido internada em um estabelecimento pelas autoridades competentes para fins de atendimento, proteção ou tratamento de saúde física ou mental, a um exame periódico de avaliação do tratamento ao qual está sendo submetido e de todos os demais aspectos relativos à sua internação.

Artigo 26

1. Os Estados-partes reconhecerão a todas as crianças o direito de usufruir da previdência social, inclusive do seguro social, e adotarão as medidas necessárias para lograr a plena consecução desse direito, em conformidade com a legislação nacional.

2. Os benefícios deverão ser concedidos, quando pertinentes, levando-se em consideração os recursos e a situação da criança e das pessoas responsáveis pelo seu sustento, bem como qualquer outra consideração cabível no caso de uma solicitação de benefícios feita pela criança ou em seu nome.

Artigo 27

1. Os Estados-partes reconhecem o direito de toda criança a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social.

2. Cabe aos pais, ou a outras pessoas encarregadas, a responsabilidade primordial de proporcionar, de acordo com suas possibilidades e meios financeiros, as condições de vida necessárias ao desenvolvimento da criança.

3. Os Estados-partes, de acordo com as condições nacionais e dentro de suas possibilidades, adotarão medidas apropriadas a fim de ajudar os pais e outras pessoas responsáveis pela criança a tornar o efetivo esse direito e, caso necessário, proporcionarão assistência material e programas de apoio, especialmente no que diz respeito à nutrição, ao vestuário e à habitação.

4. Os Estados-partes tomarão todas as medidas adequadas para assegurar o pagamento da pensão alimentícia por parte dos pais ou de outras pessoas financeiramente responsáveis pela criança, quer residam no Estado-parte quer no exterior. Nesse sentido, quando a pessoa que detém a responsabilidade financeira pela criança residir em Estado diferente daquele onde mora a criança, os Estados-partes promoverão a adesão a acordos internacionais ou a conclusão de tais acordos, bem como a adoção de outras medidas apropriadas.

Artigo 28

1. Os Estados-partes reconhecem o direito da criança à educação e, a fim de que ela possa exercer progressivamente e em igualdade de condições esse direito, deverão especialmente:

- tornar o ensino primário obrigatório e disponível gratuitamente a todos;
 - estimular o desenvolvimento do ensino secundário em suas diferentes formas, inclusive o ensino geral e profissionalizante, tornando-o disponível e acessível a todas as crianças, e adotar medidas apropriadas tais como a implantação do ensino gratuito e a concessão de assistência financeira em caso de necessidade;
 - tornar o ensino superior acessível a todos, com base na capacidade e por todos os meios adequados;
 - tornar a informação e a orientação educacionais e profissionais disponíveis e acessíveis a todas as crianças;
- adotar medidas para estimular a frequência regular às escolas e a redução do índice de evasão escolar.

2. Os Estados-partes adotarão todas as medidas necessárias para assegurar que a disciplina escolar seja ministrada de maneira compatível com a dignidade humana da criança e em conformidade com a presente Convenção.

3. Os Estados-partes promoverão e estimularão a cooperação internacional em questões relativas à educação, especialmente visando a contribuir para eliminação da ignorância e do analfabetismo no mundo e facilitar o acesso aos conhecimentos científicos e técnicos e aos métodos modernos de ensino. A esse respeito, será dada atenção especial às necessidades dos países em desenvolvimento.

Artigo 29

1. Os Estados-partes reconhecem que a educação da criança deverá estar orientada no sentido de:

a) desenvolver a personalidade, as aptidões e a capacidade mental e física da criança e todo o seu potencial;

b) imbuir na criança o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, bem como

aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas;

c) imbuir na criança o respeito aos seus pais, à sua própria identidade cultural, ao seu idioma e

seus valores, aos valores nacionais do país em que reside, aos do eventual país de origem e

aos das civilizações diferentes da sua;

d) preparar a criança para assumir uma vida responsável em uma sociedade livre, com espírito

de compressão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos

étnicos, nacionais e religiosos e pessoas de origem indígena;

e) imbuir na criança o respeito ao meio ambiente.

2. Nada do disposto no presente artigo ou no artigo 28 será interpretado de modo a restringir a liberdade dos indivíduos ou das entidades de criar e dirigir instituições de ensino, desde que sejam respeitados os princípios enunciados no parágrafo 1º do presente artigo e que a educação ministrada em tais instituições esteja de acordo com os padrões mínimos estabelecidos pelo Estado.

Artigo 30

Nos Estados-partes onde existam minorias étnicas, religiosas ou lingüísticas, ou pessoas de origem indígena, não será negado a uma criança que pertença a tais minorias ou que seja indígena o direito de, em comunidade com os demais membros de seu grupo, ter sua própria cultura, professar e praticar sua própria religião ou utilizar seu próprio idioma.

Artigo 31

1. Os Estados-partes reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias da idade, bem como à livre participação na vida cultural e artística.

2. Os Estados-partes respeitarão e promoverão o direito da criança de participar plenamente da vida cultural e artística e encorajarão a criação de oportunidades adequadas, em condições de igualdade, para que participem da vida cultural, artística, recreativa e de lazer.

Artigo 32

1. Os Estados-partes reconhecem o direito da criança de estar protegida contra a exploração econômica e contra o desempenho de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou seja nocivo para saúde ou para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.

2. Os Estados-partes adotarão medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais com vistas a assegurar a aplicação do presente artigo. Com tal propósito, e levando em consideração as disposições pertinentes de outros instrumentos internacionais, os Estados-partes deverão em particular:

- a) estabelecer uma idade ou idades mínimas para a admissão em empregos;
- b) estabelecer regulamentação apropriada relativa a horários e condições de emprego;
- c) estabelecer penalidades ou outras sanções apropriadas a fim de assegurar o cumprimento efetivo do presente artigo.

Artigo 33

Os Estados-partes adotarão todas as medidas apropriadas inclusive medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais para proteger a criança contra o uso ilícito de drogas e substâncias psicotrópicas descritas nos tratados internacionais pertinentes e para impedir que crianças sejam utilizadas na produção e no tráfico ilícito dessas substâncias.

Artigo 34

Os Estados-partes se comprometem a proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual. Nesse sentido, os Estados-partes tomarão, em especial, todas as medidas de caráter nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir:

o incentivo ou coação para que uma criança se dequique a qualquer atividade sexual ilegal;
a exploração da criança na prostituição ou outras práticas sexuais ilegais;
a exploração da criança em espetáculos ou materiais pornográficos.

Artigo 35

Os Estados-partes tomarão todas as medidas de caráter nacional, bilateral ou multilateral que sejam necessárias para impedir o seqüestro, a venda ou o tráfico de crianças para qualquer fim ou sob qualquer forma.

Artigo 36

Os Estados-partes protegerão a criança contra todas as demais formas de exploração que sejam prejudiciais a qualquer aspecto de seu bem-estar.

Artigo 37

Os Estados-partes assegurarão que:

nenhuma criança seja submetida a tortura nem a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. Não será imposta a pena de morte, nem a prisão perpétua, sem possibilidade de livramento, por delitos cometidos por menores de dezoito anos de idade.

- nenhuma criança seja privada de sua liberdade de forma ilegal ou arbitrária. A detenção, a reclusão ou a prisão de uma criança, será efetuada em conformidade com a lei e apenas como último recurso, e durante o mais breve período de tempo que for apropriado.
- toda criança privada da liberdade seja tratada com humildade e o respeito que merece a dignidade inerente à pessoa humana, e levando-se em consideração as necessidades de uma pessoa de sua idade. Em especial, toda criança privada de sua liberdade ficará separada de adultos, a não ser

que tal fato seja considerado contrário aos melhores interesses da criança, e terá direito a manter contato com sua família por meio de correspondência ou de visitas, salvo em circunstâncias excepcionais.

toda criança privada sua liberdade tenha direito a rápido acesso a assistência jurídica e a qualquer outra assistência adequada, bem como direito a impugnar a legalidade da privação de sua liberdade perante um tribunal ou outra autoridade competente, independente e imparcial e a uma rápida decisão a respeito de tal ação.

Artigo 38

1. Os Estados-partes se comprometem a respeitar e a fazer com que sejam respeitadas as normas do Direito Internacional Humanitário aplicáveis em casos de conflitos armados, no que digam respeito às crianças.
2. Os Estados-partes adotarão todas as medidas possíveis, a fim de assegurar que todas as pessoas que ainda não tenham completado quinze anos de idade não participem diretamente de hostilidades.
3. Os Estados-partes abster-se-ão de recrutar pessoas que não tenham completado quinze anos de idade para servir em suas Forças Armadas. Caso recrutem pessoas que tenham completado quinze anos mas que tenham menos de dezoito anos, deverão procurar dar prioridade ao de mais idade.
4. Em conformidade com suas obrigações, de acordo com o Direito Internacional Humanitário para proteção da população civil durante os conflitos armados, os Estados-partes adotarão todas as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção e o cuidado das crianças afetadas por um conflito armado.

Artigo 39

Os Estados-partes adotarão todas as medidas apropriadas para estimular a recuperação física e psicológica e a reintegração social de toda criança vítima de: qualquer forma de abandono, exploração ou abuso; tortura ou outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; ou conflitos armados. Essa recuperação e reintegração serão efetuadas em ambiente que estimule a saúde, o respeito próprio e a dignidade da criança.

Artigo 40

1. Os Estados-partes reconhecem o direito de toda criança, de quem se alegue ter infringido as leis penais ou a quem se acuse ou declare culpada de ter infringido as leis penais, de ser tratada de modo a promover e estimular seu sentido de dignidade e de valor, e a fortalecer o respeito da criança pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais de terceiros, levando em consideração a idade da criança e a importância de se estimular sua reintegração e seu desempenho construtivo na sociedade.

2. Nesse sentido, e de acordo com as disposições pertinentes dos instrumentos internacionais, os Estados assegurarão, em particular:

a) que não se alegue que nenhuma criança tenha infringido as leis penais, nem se acuse ou declare culpada nenhuma criança de ter infringido essas leis, por atos ou omissões que não eram proibidos pela legislação nacional ou pelo direito internacional no momento em que foram cometidos;

b) que toda criança de quem se alegue ter infringido as leis penais ou a quem se acuse de ter

infringido essas leis goze, pelo menos, das seguintes garantias:

I) ser considerada inocente, enquanto não for comprovada sua culpa, conforme a lei;

II) ser informada sem demora e diretamente ou, quando for o caso, por intermédio de seus pais ou de seus representantes legais, das acusações que pesam contra ela, e dispor de assistência jurídica ou outro tipo de assistência apropriada para a preparação de sua defesa;

III) ter a causa decidida sem demora por autoridade ou órgão judicial competente, independente e imparcial, em audiência justa conforme a lei, com assistência jurídica ou outra assistência e, a não ser que seja considerado contrário aos melhores interesses da criança, levando em consideração especialmente sua idade e a de seus pais ou representantes legais;

IV) não ser obrigada a testemunhar ou se declarar culpada, e poder interrogar ou fazer com que sejam interrogadas as testemunhas de acusações, bem como poder obter a participação e o interrogatório de testemunhas em sua defesa, em igualdade de condições.

V) se for decidido que infringiu as leis penais, ter essa decisão e qualquer medida

imposta em decorrência da mesma submetidas a revisão por autoridade ou órgão judicial competente, independente e imparcial, de acordo com a lei;
VI) contar com a assistência gratuita de um intérprete, caso a criança não compreenda ou fale o idioma utilizado;
VII) ter plenamente respeitada sua vida privada durante todas as fases do processo.

3. Os Estados-partes buscarão promover o estabelecimento de leis, procedimentos, autoridades e instituições específicas para as crianças de quem se alegue ter infringido as leis penais ou que sejam acusadas ou declaradas culpadas de tê-las infringido, e em particular :

o estabelecimento de uma idade mínima antes da qual se presumirá que a criança não tem capacidade para infringir as leis penais;

a adoção, sempre que conveniente e desejável, de medidas para tratar dessas crianças sem recorrer a procedimentos judiciais, contanto que sejam respeitados plenamente os direitos humanos e as garantias legais.

4. Diversas medidas, tais como ordens de guarda, orientação e supervisão, aconselhamento, liberdade vigiada, colocação em lares de adoção, programas de educação e formação profissional, bem como outras alternativas à internação em instituições, deverão estar disponíveis para garantir que as crianças sejam tratadas de modo apropriado ao seu bem-estar e de forma proporcional às circunstâncias do delito.

Artigo 41

Nada do estipulado na presente Convenção afetará as disposições que sejam mais convenientes para a realização dos direitos da criança e que podem constar:

- das leis de um Estado-parte;
- das normas de Direito Internacional vigente para esse Estado.

PARTE II

Artigo 42

Os Estados-partes se comprometem a dar aos adultos e às crianças amplo conhecimento dos princípios e disposições da Convenção, mediante a utilização de meios apropriados e eficazes.

Artigo 43

1. A fim de examinar os progressos realizados no cumprimento das obrigações contraídas pelos Estados-partes na presente Convenção, deverá ser constituído um Comitê para os Direitos da Criança, que desempenhará as funções a seguir determinadas.

2. O Comitê estará integrado por dez especialistas de reconhecida integridade moral e competência nas áreas cobertas pela presente Convenção. Os membros do Comitê serão eleitos pelos Estados-partes dentre seus nacionais e exercerão suas funções a título pessoal, tomando-se em devida conta a distribuição geográfica eqüitativa, bem como os principais sistemas jurídicos.

3. Os membros do Comitê serão escolhidos, em votação secreta, de uma lista de pessoas indicadas pelos Estados-partes. Cada Estado-parte poderá indicar uma pessoa dentre os cidadãos de seu país.

4. A eleição inicial para o Comitê será realizada, no mais tardar, seis meses após a entrada em vigor da presente Convenção e, posteriormente, a cada dois anos. No mínimo quatro meses antes da data marcada para cada eleição, o Secretário Geral das Nações Unidas enviará uma carta aos Estados-partes, convidando-os a apresentar suas candidaturas em um prazo de dois meses. O Secretário Geral elaborará posteriormente uma lista da qual farão parte, em ordem alfabética, todos os candidatos indicados e os Estados-partes que os designaram e submeterá a mesma aos Estados-partes na Convenção.

5. As eleições serão realizadas em reuniões dos Estados-partes convocadas pelo Secretário Geral na sede das Nações Unidas. Nessas reuniões, para as quais o quorum será de dois terços dos Estados-partes, os candidatos eleitos para o Comitê serão aqueles que obtiverem o maior número de votos e a maioria absoluta de votos dos representantes dos Estados-partes presentes e votantes.

6. Os membros do Comitê serão eleitos para um mandato de quatro anos. Poderão ser reeleitos caso sejam apresentadas novamente suas candidaturas. O mandato de cinco anos dos membros eleitos na primeira eleição expirará ao término de dois anos; imediatamente após ter sido realizada a primeira eleição, o Presidente da reunião, na qual a mesma se efetuou, escolherá por sorteio os nomes desses cinco membros.

7. Caso um membro do Comitê venha a falecer ou renuncie ou declare que por qualquer outro motivo não poderá continuar desempenhando suas funções, o Estado-parte que indicou esse membro designará outro especialista, dentre seus cidadãos, para que exerça o mandato até o seu término, sujeito à aprovação do Comitê.

8. O Comitê estabelecerá suas próprias regras de procedimento.

9. O Comitê elegerá a Mesa para um período de dois anos.

10. As reuniões do Comitê serão celebradas normalmente na sede das Nações Unidas ou em qualquer outro lugar que o Comitê julgar conveniente. O Comitê se reunirá normalmente todos os anos. A duração das reuniões do Comitê será determinada e revista, se for o caso, em uma reunião dos Estados-partes na presente Convenção, sujeita à aprovação da Assembléia Geral.

11. O Secretário Geral das Nações Unidas fornecerá o pessoal e os serviços necessários para o desempenho eficaz das funções do Comitê, de acordo com a presente Convenção.

12. Com a prévia aprovação da Assembléia Geral, os membros do Comitê, estabelecidos de acordo com a presente Convenção, receberão remuneração proveniente dos recursos das Nações Unidas, segundo os termos e condições determinados pela Assembléia.

Artigo 44

1. Os Estados-partes se comprometem a apresentar ao Comitê, por intermédio do Secretário Geral das Nações Unidas, relatórios sobre as medidas que tenham adotado, com vistas a tornar efetivos os direitos reconhecidos na Convenção e sobre os progressos alcançados no desempenho desses direitos :

- dentro de um prazo de dois anos a partir da data em que entrou em vigor para cada Estado-parte a presente Convenção;
- a partir de então, a cada cinco anos;

2. Os relatórios preparados em função do presente artigo deverão indicar as circunstâncias e as dificuldades, caso existam, que afetam o grau de cumprimento das obrigações derivadas da presente Convenção. Deverão também conter

informações suficientes para que o Comitê compreenda, com exatidão, a implementação da Convenção no país em questão.

3. Um Estado-parte que tenha apresentado um relatório inicial ao Comitê não precisará repetir, nos relatórios posteriores a serem apresentados conforme o estipulado na alínea "b" do parágrafo 1º do presente artigo, a informação básica fornecida anteriormente.

4. O Comitê poderá solicitar aos Estados-partes maiores informações sobre a implementação da Convenção.

5. A cada dois anos, o Comitê submeterá relatórios sobre suas atividades à Assembléia Geral das Nações Unidas, por intermédio do Conselho Econômico e Social.

6. Os Estados-partes tornarão seus relatórios amplamente disponíveis ao público em seus respectivos países.

Artigo 45

A fim de incentivar a efetiva implementação da Convenção e estimular a cooperação internacional nas esferas regulamentadas pela Convenção :

a) os organismos especializados, o Fundo das Nações Unidas para a Infância e outros órgãos das Nações Unidas terão o direito de estar representados quando for analisada a implementação das disposições da presente Convenção em matérias correspondentes a seus respectivos mandatos. O Comitê poderá convidar as agências especializadas, o Fundo das Nações Unidas para a Infância e outros órgãos competentes que considere apropriados a fornecerem assessoramento especializado sobre a implementação da Convenção em matérias correspondentes a seus respectivos mandatos. O Comitê poderá convidar as agências especializadas, o Fundo das Nações Unidas para a Infância e outros órgãos das Nações Unidas a apresentarem relatórios sobre a implementação das disposições da presente Convenção compreendidas no âmbito de suas atividades;

b) conforme julgar conveniente, o Comitê transmitirá às agências especializadas, ao Fundo das Nações Unidas para a Infância e a outros órgãos competentes quaisquer relatórios dos Estados-partes que contenham um pedido de assessoramento ou de assistência técnica, ou nos quais se indique essa necessidade juntamente com as

observações e sugestões do Comitê, se as houver, sobre esses pedidos ou indicações;

c) o Comitê poderá recomendar à Assembléia Geral que solicite ao Secretário Geral que efetue, em seu nome, estudos sobre questões concretas relativas aos direitos da criança;

d) o Comitê poderá formular sugestões e recomendações gerais com base nas informações recebidas nos termos dos artigos 44 e 45 da presente Convenção. Essas sugestões e recomendações gerais deverão ser transmitidas aos Estados-partes e encaminhadas à Assembléia Geral, juntamente com os comentários eventualmente apresentados pelos Estados-partes.

PARTE III

Artigo 46

A presente Convenção está aberta à assinatura de todos os Estados.

Artigo 47

A presente Convenção está sujeita à ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto ao Secretário Geral das Nações Unidas.

Artigo 48

A presente Convenção permanecerá aberta à adesão de qualquer Estado. Os instrumentos de adesão serão depositados junto ao Secretário Geral das Nações Unidas.

Artigo 49

1. A presente Convenção entrará em vigor no trigésimo dia após a data em que tenha sido depositado o vigésimo instrumento de ratificação ou de adesão junto ao Secretário Geral das Nações Unidas.

2. Para cada Estado que venha a ratificar a Convenção ou a aderir a ela após ter sido depositado o vigésimo instrumento de ratificação ou de adesão, a Convenção entrará em vigor no trigésimo dia após o depósito, por parte do Estado, do instrumento de ratificação ou de adesão.

Artigo 50

1. Qualquer Estado-parte poderá propor uma emenda e registrá-la com o Secretário Geral das Nações Unidas. O Secretário Geral comunicará a emenda proposta aos Estados-partes, com a solicitação de que estes o notifiquem caso apoiem a convocação de uma Conferência de Estados-partes com o propósito de analisar as propostas e submetê-las à votação. Se, em um prazo de quatro meses a partir da data dessa notificação, pelo menos um terço dos Estados-partes se declarar favorável a tal Conferência, o Secretário Geral convocará a Conferência, sob os auspícios das Nações Unidas. Qualquer emenda adotada pela maioria de Estados-partes presentes e votantes na Conferência será submetida pelo Secretário Geral à Assembléia Geral para sua aprovação.

2. Uma emenda adotada em conformidade com o parágrafo 1º do presente artigo entrará em vigor quando aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas e aceita por uma maioria de dois terços de Estados-partes.

3. Quando uma emenda entrar em vigor, ela será obrigatória para os Estados-partes que a tenham aceito, enquanto os demais Estados-partes permanecerão obrigados pelas disposições da presente Convenção e pelas emendas anteriormente aceitas por eles.

Artigo 51

1. O Secretário Geral das Nações Unidas receberá e comunicará a todos os Estados-partes o texto das reservas feitas pelos Estados no momento da ratificação ou da adesão.

2. Não será permitida nenhuma reserva incompatível com o objeto e o propósito da presente Convenção.

3. Quaisquer reservas poderão ser retiradas a qualquer momento, mediante uma notificação nesse sentido, dirigida ao Secretário Geral das Nações Unidas, que informará a todos os Estados. Essa notificação entrará em vigor a partir da data de recebimento da mesma pelo Secretário Geral.

Artigo 52

Um Estado-parte poderá denunciar a presente Convenção mediante notificação feita por escrito ao Secretário Geral das Nações Unidas. A denúncia entrará em vigor um ano após a data em que a notificação tenha sido recebida pelo Secretário Geral.

Artigo 53

Designa-se para depositário da presente Convenção o Secretário Geral das Nações Unidas.

Artigo 54

O original da presente Convenção, cujos textos seguem em árabe, chinês, espanhol, francês e russo são igualmente autênticos, será depositado em poder do Secretário Geral das Nações Unidas.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram a presente Convenção.